



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

NICÁCIA LINA DO CARMO

**A HISTÓRIA E A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: LEI
10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NO
CNPQ**

RECIFE

2015

NICÁCIA LINA DO CARMO

**A HISTÓRIA E A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: LEI
10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NO
CNPQ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco – PPGCI/UFPE, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, memória e Tecnologia.

Orientação: Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem

Coorientação: Profa. Dra. Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia

**RECIFE
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

C291h Carmo, Nicácia Lina do
A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq / Nicácia Lina do Carmo. – Recife: O Autor, 2015.
67 f.: il.

Orientador: Leilah Santiago Bufrem.
Coorientador: Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015.
Inclui referências.

1. Ciência da informação. 2. Recuperação da informação. 3. Pesquisa bibliográfica. 4. Negros - Identidade racial. 5. Negros - Brasil - Legislação. 6. Pesquisa - Indicadores. I. Bufrem, Leilah Santiago (Orientador). II. Correia, Anna Elizabeth Galvão Coutinho (Coorientador). III. Título.

070 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-174)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

NICÁCIA LINA DO CARMO

*A história e a cultura africana e afro-brasileira: a Lei 10.639/03
no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 26/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a D^{ra} Leilah Santiago Bufrem (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Fabio Assis Pinho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Denise Maria Botelho (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Joselina da Silva (Examinador Externo)
Fundação Cultural Palmares



PPGCIUFPE

Programa de Pós graduação em Ciência da Informação
Av. Reitor Joaquim Amazonas S/N- Cidade Universitária CEP - 50740-570
Recife/PE - Fone/Fax: (81) 2126-7728 / 7727
www.ufpe.br/ppgci - E-mail: ppgciufpe@gmail.com



Dedico este trabalho a minha mãe Tereza Lina (*in memorian*) porque nunca mediu forças para que eu estudasse. Sempre me incentivou a prosseguir e olhar para o futuro. Foi uma verdadeira guerreira, amiga e uma mãe MARAVILHOSA.

A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar. (Nelson Mandela)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** por ser o meu refúgio, proteção e sempre guiar os meus passos e decisões, sabendo assim, que nunca me abandona nos momentos mais difíceis e que nunca estou só.

À minha **mãe, Tereza Lina** (*in memoriam*) por ter feito o possível e o impossível por mim, por ter lutado pela minha sobrevivência, por sempre me incentivar aos estudos, pelo carinho e todo amor dedicado a mim durante toda sua vida! Não existem palavras para definir o exemplo de pessoa e mãe que sempre foi: dedicada, carinhosa, amiga, criança e adulta ao mesmo tempo!

Ao meu **pai, Deusdete** por ter me ajudado e apoiado a continuar meus estudos, pela força e apoio dado para seguir em frente; ao meu **irmão, Acácio Lino** por sempre me ajudar e apoiar quando necessito; à minha **cunhada, Joana Amélia** pelo carinho, preocupação e aconchego que me proporciona, por sempre poder contar com a sua ajuda, por sempre me dar atenção e por sempre fazer questão que eu esteja por perto; às minhas **sobrinhas, Maria Isadora e Tereza Alice** por alegrarem os meus dias e encherem o meu coração de paz e amor quando estamos juntas.

Às minhas três **tias, Alzira, Lina e Deuzinha** por me apoiarem e sempre me aconselharem quando necessito. Pelo carinho que sempre tenho recebido em todos esses anos. E por me acolherem durante os momentos mais difíceis da minha vida.

À minha professora da graduação **Dr^a. Joselina da Silva** pelo seu profissionalismo, exemplo e dedicação, por sua amizade, por nos ensinar a nunca desistir e sempre tentar, por me proporcionar a ver o mundo com um olhar diferente e pelos conhecimentos adquiridos nessa longa jornada.

Ao meu amigo/irmão **Erinaldo Dias**, amizade que já ultrapassa mais de uma década, sempre me incentivando e aconselhando a seguir em frente, a nunca desistir de meus objetivos, pelo apoio e carinho e por sempre estar comigo mesmo estando longe.

À minha orientadora professora **Dr^a. Leilah Santiago Bufrem**, pela compreensão, paciência e ensinamentos que me proporcionou.

À minha coorientadora professora **Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia**, pelas contribuições durante as orientações.

A todos os membros da banca de qualificação pelas contribuições dadas ao meu trabalho.

A todos os professores do PPGCI, pelo aprendizado adquirido durante as aulas e pelas reflexões que surgiram acerca deste trabalho.

A todos da turma de mestrado, pelas experiências vivenciadas e informações compartilhadas.

Às amigadas construídas quando cheguei em Recife. **Liana**, uma pessoa maravilhosa, amiga, acolhedora, irradiando alegria e otimismo. **Tiago** um grande amigo, sempre disposto a ajudar no que for preciso. A **Francisco Arrais**, pelos momentos vivenciados e pela companhia. À **Rosana** pelo apoio. A **Rafael Câmara**, pela amizade e estudos compartilhados durante as aulas. À Associação Brasil América por me acolher profissionalmente e me proporcionar inúmeras oportunidades. Às bibliotecárias, Ana Lia por ser uma excelente profissional, Edvânia Cosmo pela amizade e aprendizado que me propiciou e Érica pela amizade e conhecimentos adquiridos. À Ada pela simplicidade e alegria. E a todos que faziam parte da Biblioteca Aflitos. E a Sérgio Silva, que alegrava ainda mais os nossos dias.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção desse trabalho e durante toda a minha jornada.

RESUMO

Relata estudo realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que contemplam a Lei 10.639/03 e as produções científicas sobre ela desenvolvidas. Identifica os grupos de pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 e suas atribuições, ressaltando a importância de sua implementação. Desenvolve uma pesquisa exploratória por meio das buscas e recuperação dos dados no Diretório. Contempla uma revisão bibliográfica sobre a Lei na produção científica dos pesquisadores dos grupos e linhas de pesquisa, assim como analisa o papel dos intelectuais presentes na sociedade. Apresenta as linhas de pesquisa recuperadas, o grupo de pesquisadores que desenvolvem os estudos, as áreas e as instituições em que estas linhas estão inseridas e suas respectivas produções científicas. Identifica os conteúdos mais discutidos acerca da Lei 10.639/03, caracterizando dessa forma, os assuntos de cada trabalho analisado. Define subcategorias que representam os artigos publicados, cujas principais discussões ocorrem sobre a prática/formação docente, educação/currículo escolar e implementação dessa lei. Destaca a importância da temática e o interesse recorrente dos pesquisadores em realizar esses estudos e discussões sobre os vários desafios a serem enfrentados, observando que as publicações em periódicos não são o principal foco desses estudiosos. Conclui destacando a relevância do DGP, dos grupos e pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores para o enriquecimento das temáticas por eles estudadas e a construção e disseminação de conhecimentos, incluindo reflexões a respeito da caracterização dos trabalhos publicados.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-brasileira. Lei 10.639/03. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Grupos de Pesquisa do CNPq. Produção Científica

ABSTRACT

This paper reports a study performed in the Directory of Research Groups in Brazil (DGP) registered by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) which approach Act 10.639/03 and the scientific production about it. It identifies the research groups which developed studies about the Act 10.639/03 and its attributions, emphasizing the importance of its implementation. It performs an exploratory research through searches and data retrieving in the Directory. The study approaches a revision of the literature about the Act within the scientific production of the researchers from groups and research lines, besides performing an analysis about the role of intellectuals in society. It presents the lines of research retrieved, the group of researchers who perform the studies, the areas and institutions in which these lines are inserted and their respective scientific production. The research identifies the most discussed content about the Act 10.639/03, characterizing the subject of every analyzed work. It also defines subcategories which represent the published articles, which discuss mainly teachers' practice/formation, school education/curriculum and the implementation of the Act. The research highlights the importance of the theme and the recurrent interest of researchers in conducting studies and discussions about the several challenges to be faced, noticing that the publications in journals are not the main focus of these studies. The paper conclusion focuses on the relevance of the DGP, groups and research developed by the researchers to enrich the themes studied and the construction and dissemination of knowledge, including reflections about the characterization of the published works.

Keywords: Afro-Brazilian history and culture. Act 10.639/03. Directory of Research Groups in Brazil. CNPq research groups. Scientific production.

LISTA DE SIGLAS

ACN	Associação Cultural do Negro
CI	Ciência da Informação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DGP	Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil
FNB	Frente Negra Brasileira
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
N'BLAC	Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados relativos numerosa quantidade de pesquisadores por grupo e por linhas que estudam a Lei 10.639/03.....	41
Quadro 2 - Grupos e linhas de pesquisa que estudam a Lei 10.639/03.....	42
Quadro 3 - Status dos grupos de pesquisa identificados.....	44
Quadro 4 - Representação das instituições por região.....	46
Quadro 5 - Mapeamento das publicações.....	46
Quadro 6 - Produções dos pesquisadores.....	49
Quadro 7 - Grupos recuperados com o termo história e cultura africana.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	18
2.1 Geral	18
2.2 Específicos	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4 LEI 10.639: HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	24
5 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	32
6 DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL (DGP/CNPQ)	36
7 BUSCA E RECUPERAÇÃO DOS DADOS	40
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação está em constante desenvolvimento no que concerne à produção de conhecimento, e vem sendo influenciada de modo significativo pelos avanços tecnológicos. As informações contribuem para a ampliação do conhecimento, sendo estudadas de maneira específica em cada área do saber nas quais estão presentes. Nesse contexto, podem-se considerar as produções científicas como um aparato para construção e consolidação desse conhecimento.

Este estudo tem seu foco nos pesquisadores que estudam a Lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas, buscando resgatar as contribuições que a população negra proporcionou para a sociedade brasileira e procurando minimizar muitos estereótipos desenvolvidos em relação aos negros. (BRASIL, 2003). A referida Lei tem por objetivo o reconhecimento da população negra, da sua cultura, da sua história e da sua luta. Dessa forma, pretende-se explicitar também os motivos da sua criação e as contribuições para a educação e a sociedade em geral.

A Lei 10.639/03 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (BRASIL, 2003). A partir de então, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana passa a ser obrigatório nos níveis fundamental e médio das escolas públicas e particulares do ensino básico. Essa providência parte de proposta de reconstrução da identidade e história dos negros, resgatando suas contribuições para a história do Brasil, por meio de práticas que avancem no reconhecimento e valorização do negro na sociedade.

A aprovação dessa Lei ocorreu, dentre outros fatores, devido às lutas dos movimentos sociais negros com o intuito de quebrar o paradigma que torna invisível a contribuição da população negra para a sociedade brasileira - muitas vezes explícito na educação através dos livros e também oralmente pelos educadores, devido ao desconhecimento e falta de capacitação para lecionar a respeito dessa temática.

A implementação da Lei 10.639/03 no contexto da educação depende de uma nova postura e pensamento por parte da sociedade, juntamente com educadores e profissionais da informação, assim como os bibliotecários, no cenário dos ambientes informacionais em que

também atuam como mediadores os gestores da informação, professores e outros profissionais, em todos os níveis de ensino.

Nesse contexto, pode-se refletir sobre a imagem dos negros no Brasil e o processo de aceitação de identidade. O preconceito e a discriminação racial estão presentes desde os livros didáticos até os lares das famílias negras e brancas. Sendo assim, é reproduzida na sociedade a imagem de inferioridade até então estabelecida em relação à população negra.

A realização desta pesquisa compreende a investigação, busca e recuperação dos pesquisadores e respectivos grupos e linhas de pesquisa presentes no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), que estudam e desenvolvem reflexões a respeito da Lei 10.639/03, assim como a identificação da produção científica dos pesquisadores participantes dessas linhas. Reflexões iniciais constituíram uma problemática ampla, a partir das leituras exploratórias, por meio das quais se acentuou a curiosidade sobre como se configuram as pesquisas realizadas desde a promulgação da Lei, como vêm se constituindo esses grupos de pesquisa e se desenvolvendo seus estudos, quais os pesquisadores de destaque e suas características.

Essa produção é representada por artigos publicados em revistas científicas que constam no Currículo Lattes de cada pesquisador da área de Educação, assim como em outros meios de comunicação científica ou não. Neste trabalho não serão verificados apenas os resultados quantitativos, mas serão analisadas as relações temáticas e vinculações entre esses grupos e as linhas de pesquisa encontradas em cada área.

Diante do exposto, este trabalho norteia-se pelo seguinte questionamento: **Como se caracteriza a produção científica dos pesquisadores das linhas de pesquisa que discutem a Lei 10.639/03, nos grupos de pesquisa registrados no diretório do CNPq?** Esse questionamento desdobra-se em outras questões, tais como: Quais Linhas de Grupos de Pesquisa registrados no CNPq discutem a Lei 10.639? Como se caracterizam esses Grupos de Pesquisa e sua produção científica? Quais as áreas e os enfoques dos Grupos de Pesquisa? Tais questionamentos são respondidos durante a realização do trabalho e a recuperação dos dados por meio da busca no DGP.

Essas questões remetem a aspectos e relações conjunturais que dinamizam o processo de produção e comunicação científica e, nesse sentido, vale ressaltar a importância do processo de comunicação que, segundo Targino (2000), “é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades

científicas”, resultando em produções que podem ser disseminadas por meio dos diversos suportes informacionais.

Os ambientes de aprendizagem e disseminação de informações são os principais cenários a contribuir para a construção do saber científico, suscitando reflexões a respeito da sociedade. “Na Ciência da Informação, acredita-se que a informação seja um elemento da cultura – pois é da ordem da criação humana – que carrega sentido a ser comunicado para produzir conhecimento.” (MARTELETO, 2007. p. 17). Diferentes sentidos e significados podem ser objeto dessa comunicação, especialmente em decorrência das fontes e origens das quais emanam. Essas fontes e origens convivem em cenário social cujas dimensões, cultural, política e ideológica, contribuem para a complexidade da produção científica nas diferentes áreas de conhecimento.

O processo de comunicação e disseminação de informações está relacionado às fontes de informação e a sua disponibilidade para a sociedade, seja de maneira impressa ou digital. Como exemplo, pode-se citar a base de dados do ¹Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disponível na Internet para livre acesso. O diretório cadastra e certifica grupos de pesquisa registrados de todo o Brasil, representantes das diversas áreas do conhecimento. Contempla universidades federais, estaduais, municipais e também privadas, entre outras instituições de ensino superior, devendo possuir curso de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela CAPES/MEC (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, [2014?]).

Vale ressaltar a importância dos intelectuais para o desenvolvimento das áreas e pesquisas em que atuam, observando-se, entretanto, como afirma Gramsci (1982), que não existem não intelectuais, pois todos são intelectuais, embora alguns exerçam em maior ou menor proporção a atividade intelectual, dependendo da profissão ou função que desempenham. Neste sentido, surge a classe dos intelectuais denominados de intelectuais negros, personalidades negras que se destacaram na história, literatura, instituições de ensino, pesquisas e militância em prol dos direitos dos negros, entre outras especialidades.

Sob a ótica da Lei 10.639/03, tentou-se corrigir uma lacuna histórica criada sob a égide do preconceito, da discriminação e da exclusão social, arraigada em aspectos raciais. Apesar dessa providência legal histórica, o contexto socioeconômico ainda é marcado pela exclusão, marginalização e segregação, fenômenos observados em toda a história do país.

¹ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>

Assim, esta pesquisa ganha importância social devido à proposta de contribuir com as diversas iniciativas que vêm demonstrando a importância da implementação da Lei 10.639/03, a partir deste estudo realizado com apoio no diretório de grupos de pesquisa no Brasil.

Considera-se o tema relevante à Ciência da Informação por ser uma área que “designa o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber.” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1983 apud OLIVEIRA, 2011, p. 17). Sendo assim, o estudo das informações e produções científicas sobre a história e cultura afro-brasileira e africana está interligado com os princípios e objetos de estudo da CI. A temática, por sua vez, ganha espaço na Ciência da Informação, ao enfatizar a possibilidade do olhar social para a realidade, destacando-se a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), as instituições de todos os níveis de ensino, inclusive superior precisarão providenciar:

Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira. (BRASIL, 2004, p. 24).

Destarte, dentre as inúmeras razões que podem ser ressaltadas para o desenvolvimento deste trabalho, encontra-se a participação desta pesquisadora no grupo de pesquisa denominado Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N’BLAC), da Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri, durante o período da graduação, quando foram desenvolvidos pesquisas e estudos bibliográficos a respeito da Lei 10.639/03, assim como sobre as diversas formas de preconceito racial perpetuadas na sociedade brasileira, entre outras temáticas presentes no grupo. Outro fator relevante para a realização desta pesquisa se trata da convivência com o racismo e as agressões de todas as naturezas, que ilustram o menosprezo aos negros e sua cultura diante da sociedade. Essas são condições que fizeram surgir uma inquietude e um desconforto em presenciar tais fatos e, conseqüentemente, motivaram o estudo aqui apresentado.

O grupo de estudos N’BLAC, foi criado no segundo semestre do ano de 2006, por meio do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri,

atualmente denominada Universidade Federal do Cariri (UFCA). “Trata-se de um espaço acadêmico especializado em estudos de relações raciais e suas interações com gênero, educação, culturas, identidades, desigualdades sociais, políticas públicas e movimentos sociais”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, 2011).

Esta pesquisa procura ganhar importância e servir de subsídio para que as pessoas conheçam os estudos realizados por meio das linhas de pesquisa identificadas nos grupos registrados no DGP do CNPq e possam refletir criticamente a respeito dos estudos realizados sobre a história africana e afro-brasileira e suas contribuições para a construção da história do Brasil. O acesso aos dados coletados por meio das produções científicas dos pesquisadores visa promover o conhecimento da comunidade científica e sociedade em geral sobre as publicações que são realizadas no âmbito dessa temática, reforçando assim, a sua relevância e o incentivo a outras produções.

Considera-se a educação como uma das principais formas de se trabalhar com a Lei 10.639/03 e a sua aplicabilidade por meio do ensino, mas é importante compreender que as transformações delas decorrentes não somente se referem à via educacional, uma vez que os problemas que provocaram essa providência legal não são privilégio da educação, mas estão arraigados em todos os setores e níveis da sociedade.

A Lei 10.639 visa, por meio dos currículos escolares, promover o conhecimento e reconhecimento da identidade negra até então invisibilizada em todos os âmbitos da sociedade. A mudança nos currículos escolares compreende o processo de desenvolvimento de futuras produções sobre temáticas que não negligenciem a história e cultura africana e afro-brasileira e que corrobore com as lutas antirracistas.

A luta antirracismo tem que ser uma frente ampla. A comunidade branca é que tem que mudar de comportamento, porque o racismo é um problema de todo mundo, não é um problema só do negro. É um problema do branco em primeiro lugar. A comunidade branca tem que mudar o seu padrão, tem que começar a falar disso, dos privilégios da branquidade no Brasil [...]. Precisa ter mais traidores do contingente branco, como eu sou. É preciso trair os brancos, dizer que somos racistas (CARVALHO, 2003 grifo do autor apud SANTOS, 2008, p. 6).

O autor ressalta a importância dos pesquisadores brancos entrarem na luta antirracismo, considerando que esta é uma luta de todos e não apenas da população negra. A conscientização das pessoas e reconhecimento dos privilégios diferenciados existentes entre brancos e negros já é uma maneira de procurar desconstruir a imagem negativa dos brancos em relação aos negros, cujas influências no meio educacional e profissional afetam cada indivíduo.

A representação e a disponibilidade dessa temática no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil proporcionam acesso e maior conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira e as diversas reflexões que envolvem a população negra, incluindo a luta dos movimentos sociais negros em prol de ações afirmativas.

As atribuições preconizadas pela Lei 10.639/03 podem ser contempladas por meio do estudo de temas que versem sobre a história dos negros, valorizando seus preceitos; pela identificação e conseqüente conhecimento da história de militantes e intelectuais negros; pelos estudos das produções desenvolvidas sobre e pela população negra; pela distinção das especificidades que diferenciam as pessoas, suas histórias e culturas, procurando-se entender e diminuir as “escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas” (BRASIL, 2004, p. 15) existentes na sociedade.

Nessa conjuntura, vale ressaltar a importância da participação do Estado com programas de apoio e incentivo para o cumprimento efetivo da Lei, incluindo treinamento para professores e cursos para obtenção e aprimoramento de conhecimentos, entre outras práticas e atividades educativas e culturais. Contribui-se, dessa maneira, para aperfeiçoar os métodos de ensino a respeito das temáticas africanas e afro-brasileiras, como também para motivar um posicionamento favorável a esse cumprimento, assim como ao entendimento sobre a identidade de cada estudante e as inter-relações estabelecidas entre eles.

2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa pretendem norteá-la durante o seu desenvolvimento e proporcionar o esclarecimento dos caminhos realizados neste trabalho.

2.1 Geral

- Caracterizar a produção científica dos pesquisadores das linhas de pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03. nos grupos registrados no Diretório de Pesquisa do CNPq

2.2 Específicos

O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar entre os Grupos e Linhas de Pesquisa registrados no CNPq, aqueles que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 e identificar os pesquisadores das linhas e suas produções;
- b) caracterizar a produção científica dos pesquisadores das linhas, destacando a área de educação;
- c) analisar a produção científica dos pesquisadores em relação às categorias de análise.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento de pesquisas visa o conhecimento e a disseminação de informações sobre um campo ou área estudada que até o momento foram pouco explorados. Sendo assim, este estudo é conduzido por meio de uma investigação exploratória, que segundo Vergara (2010, p. 42) “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.” Nesse contexto, este trabalho é iniciado com uma investigação no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, por meio da identificação das linhas de pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 e os trabalhos produzidos pelos pesquisadores das respectivas linhas.

Procura-se inicialmente caracterizar os estudos realizados acerca da temática relacionada à Lei 10.639/03 por meio da análise de conteúdo dos artigos produzidos pelos pesquisadores das linhas de pesquisa voltadas ao tema, de modo especial em sua interface com a área de educação, a mais representada durante a busca dos grupos. Dessa forma, a produção científica foi extraída do Currículo Lattes dos pesquisadores, para posterior recuperação e execução da análise de conteúdo. Ressalta-se que a seleção e a análise voltam-se aos trabalhos publicados em periódicos, ressaltando também o mapeamento da produção de livros e capítulos de livros, podendo-se dessa forma caracterizar e relacionar a ênfase dada aos trabalhos desenvolvidos. No entanto, a análise será apenas dos artigos publicados em periódicos.

Adotando-se as concepções e procedimentos de Bardin, considera-se a análise de conteúdo como:

um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis. (BARDIN, 2009, p. 32).

Trata-se de “um conjunto de técnicas de análises das comunicações”, que busca detalhar, no caso deste estudo, as temáticas dos artigos recuperados, auxiliando na caracterização das produções pelos pesquisadores. (BARDIN, 2009, p. 33). O procedimento facilitou a compreensão dos objetivos deste trabalho. Com a utilização da análise de conteúdo parte-se da convicção de que o conjunto de conhecimentos produzidos por esses intelectuais participantes dos grupos de pesquisa faz parte de um movimento intelectual atuante, o que

enseja a reflexão, não somente sobre os conteúdos substantivos de sua luta política, mas também sobre as expressões culturais passíveis de categorização e reflexões nesta pesquisa, “graças às possibilidades concretas de análise de seu conteúdo, tanto sob uma visão diacrônica, quanto sincrônica” (BUFREM, 2006, p. 196).

Com a proposta de caracterizar a produção científica dos pesquisadores dos grupos e linhas de pesquisa registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03, procedeu-se inicialmente a uma pesquisa exploratória para identificar, entre esses grupos e linhas registrados no CNPq, aqueles que desenvolvem estudos sobre a Lei. Para essa identificação, pode-se afirmar que, paulatinamente, foi possível visualizar as principais características e contradições que até então eram somente pressentidas. As possibilidades do estudo destacaram-se, assim, como contribuições para “o processo de organização conceitual do saber produzido, especialmente se levada em consideração a necessária integração dos campos empírico e teórico” (BUFREM, 2013, p. 25).

A pesquisa bibliográfica foi efetivada por meio de diversas fontes informacionais para o desenvolvimento e eficiência da pesquisa. Esse meio de investigação compreende artigos científicos publicados em revistas, livros, fontes digitais, entre outros suportes. Tal concepção ratifica os meios utilizados neste estudo, sendo as buscas realizadas no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq e dos Currículos Lattes dos pesquisadores.

A trajetória de pesquisadores para construção de seus estudos e dos problemas que os pautam revela a possibilidade de seu reconhecimento a partir de experiências cotidianas, de trabalho ou estudo, de leituras ou de necessidades pessoais ou profissionais, “mas serão sempre uma forma de contradição a partir da contraposição ativa e consciente do sujeito com o meio circundante” (BUFREM, 2011, p. 1).

As dimensões dessa trajetória de pesquisa ajustam-se com o argumento de que a pesquisa científica é

[...] parte de um mundo social de perfil peculiar, com suas práticas consideradas científicas, seus modos de pensar, sua linguagem e seu grau de institucionalização e controle. Assim, produz-se nessa cultura o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que são selecionados, organizados e transmitidos e sobre os quais trabalham os pesquisadores. Nessa cultura, presentes as dimensões epistemológica, teórica, prática, morfológica, ética e política, se processa a dinâmica do que se denomina pesquisa científica. (BUFREM, 2013, p. 10).

Os métodos e critérios de pesquisa servem de instrumentos para guiar os caminhos que a pesquisa deve percorrer para chegar ao alcance de seus objetivos, colaborando para o

desenvolvimento e conclusão do trabalho de maneira que possibilite uma melhor compreensão do estudo. Sendo assim, nesta pesquisa foram identificadas apenas as linhas de pesquisa que exploram a temática da Lei 10.639/03 e as áreas em que se encontram mais presentes, utilizando-se dos métodos necessários à sua concretização. Foi selecionada a área de Educação para a realização da análise de conteúdo dos trabalhos resultantes das pesquisas produzidas.

O universo de estudo compõe-se dos grupos de estudos selecionados por meio da busca e das linhas identificadas em cada grupo após a pesquisa. Compreende também os trabalhos publicados em revistas, recuperados pelo currículo Lattes para realização da análise e mapeamento de livros e capítulos de livros.

Inicialmente foi realizada uma busca, nos dois primeiros dias de dezembro de 2013, no Diretório dos Grupos de Pesquisa registrados pelo CNPq, pelos termos “Lei 10.639”, sendo recuperados 11 grupos de pesquisa, representando 12 linhas que realizam estudos a respeito da Lei. A constatação foi identificada por meio da verificação dos títulos, palavras-chave e objetivos das linhas, podendo estar presente em apenas um destes ou em todos. Todos os grupos identificados por meio dessa busca possuíam pelo menos uma linha direcionada à temática estudada.

As linhas de pesquisa não selecionadas também tratam de outras questões sobre a população negra, no entanto o objetivo deste trabalho é identificar apenas as linhas que explanam a respeito da Lei 10.639/03 e sua importância. Algumas delas não apresentam objetivos, dificultando dessa forma o conhecimento a respeito dos estudos nelas realizados, não podendo ser selecionadas para este estudo.

Em um segundo momento foi utilizado o termo “10639” para uma nova busca, sendo recuperados oito grupos de pesquisa. Porém, destes, três se repetem com a busca anterior, não sendo, portanto, contabilizados. Destarte, foram analisados apenas cinco grupos e encontradas cinco linhas de pesquisa, uma correspondente a cada um deles.

Outros termos também foram utilizados, porém sem êxito após a recuperação. O termo “10.639/03” não localizou qualquer registro, semelhante à busca feita por “10639/03” em que nada foi encontrado. Já a pesquisa por “Lei 10639” obteve os mesmos resultados da busca realizada por “10639”. E pelo termo “10.639 2003” foram recuperados apenas três grupos, mas os mesmos se repetiam com os já identificados. Portanto, foram encontrados 16 grupos de pesquisa por meio das buscas realizadas e 17 linhas que desenvolvem estudos a respeito da Lei 10.639/03 no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

Vale ressaltar, que foi realizada uma nova busca no Diretório dos Grupos de pesquisa no Brasil, após a atualização da plataforma, utilizando-se o termo “Educação antirracista”, porém foram recuperados apenas dois grupos que tratavam sobre a Lei 10.639/03, aumentando a quantidade de grupos para 18 e linhas para 19, e, conseqüentemente, a quantidade de pesquisadores dos grupos e linhas de pesquisa.

Nessa perspectiva, foi utilizado também o termo história e cultura africana para nova busca de grupos, porém, o Diretório disponibilizou apenas os grupos de pesquisa e não proporcionou acesso às linhas. Sendo assim, a recuperação ocorreu por meio das informações contidas no quadro resumo de cada grupo, podendo ser identificados por meio das repercussões dispostas nos quadros de resumo desses grupos. Vale ressaltar que alguns deles repetiram-se, não sendo contabilizados no quadro 7. Neste caso, foram apenas mapeados os que realizam estudos sobre a Lei 10.639/03.

Após esse processo de recuperação, foi realizado o mapeamento dos grupos de pesquisa que estudam a Lei, pelo qual se destacaram os grupos mais representativos segundo as repercussões de suas atividades de pesquisa.

Sendo assim, recuperadas as linhas, iniciou-se a identificação dos pesquisadores que faziam parte das mesmas e que estudam sobre a Lei 10.639/03. Essa seleção permitiu o acesso aos currículos Lattes desses estudiosos, o mapeamento e recuperação dos seus trabalhos publicados em periódicos.

A recuperação dos artigos ocorreu com a busca às revistas em que estavam publicados e também pelo acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. Por conseguinte, a seleção dessas produções foi realizada pela leitura do título, resumo, palavras-chave e até mesmo uma parte do texto em si, porque em alguns casos, não foi possível identificar das outras formas. Em alguns dos trabalhos, os pesquisadores apareciam como coautores, sendo perceptível a participação desses coautores em várias linhas de pesquisa sobre a Lei 10.639/03.

Após esses procedimentos, foi realizada a análise de conteúdo, elaborando-se uma categoria e quatro subcategorias, que foram identificadas a posteriori, ou seja, após a leitura das publicações recuperadas. A elaboração de apenas uma categoria ocorre devido à amplitude da temática e porque ela abrange e desdobra-se em várias subcategorias. Destarte, foi possível realizar a análise de conteúdo desses trabalhos identificando aqueles que realizavam estudos sobre a Lei 10.639/03 e encaixando-os dentro de cada subcategoria, correlacionando as publicações que tratavam de assuntos semelhantes e realizando as análises

sobre os trabalhos identificados. Sendo assim, a maioria dos dados foi representada por meio de quadros com as respectivas análises e interpretações, após cada disposição.

4 LEI 10.639: HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

As leis são ferramentas primordiais no auxílio aos direitos humanos de cada cidadão e, portanto, são elaboradas para que se cumpram as obrigações necessárias à sociedade. Antes de versar sobre a Lei 10.639/03 importa ressaltar sobre alguns movimentos e organizações que ocorreram anteriormente à sua aprovação. A luta dos negros sempre existiu e passou por inúmeras transformações de acordo com as possibilidades que tinham para reagir contra as diversas formas de preconceito e discriminação.

Concordando com Santos (2009, p. 231), “as principais pesquisas sobre os movimentos negros situam o início do que chamam de ‘Movimento Negro Contemporâneo’, a partir dos anos 30 com a constituição da Frente Negra Brasileira”.

Nesse contexto, faz-se necessário citar a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em outubro de 1931 em São Paulo, cujos principais líderes foram José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano, com a finalidade de “exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira.” (INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO BRASILEIROS, [19--?]). Além disso, o órgão “desenvolvia diversas atividades de caráter político, cultural e educacional para os seus associados”, possibilitando o conhecimento sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Nessa organização, funcionava o jornal, *O Menelik*, considerado como um dos principais jornais para a FNB, atuando na disseminação das informações e notícias relevantes ao conhecimento da sociedade, que posteriormente foi sucedido pelo jornal *O Clarim d’Alvorada*.

A Frente Negra Brasileira surgiu também em outros estados como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Essa entidade assumiu um caráter político e se organizou como partido, porém foi desativa em 1937, devido à institucionalização do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas.

Outro acontecimento relevante foi a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 no Rio de Janeiro, por Abdias do Nascimento, com o objetivo de que os negros participassem do teatro que os integrava como atores e atrizes. “Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.” (NASCIMENTO, 2004). Segundo Nascimento (2004), o objetivo do TEN não era aumentar o número de produções acadêmicas e nem de outros escritos, mas era justamente promover uma interação social entre brancos e negros. O Teatro Experimental do Negro obteve expressivos resultados, proporcionando que negros e negras pudessem realmente estar

em cena e protagonizassem papéis importantes enquanto artistas, assim como estimulando a criação de novos textos, segundo seus propósitos.

Dentre as inúmeras organizações e movimentos, pode-se elencar também a Associação Cultural do Negro que surge em 1954, na capital de São Paulo, tendo como principais participantes, José Correia Leite, Jayme de Aguiar, Raul Joviano do Amaral, Henrique Cunha, entre outros. A ACN possuía diversos objetivos, “dentre os quais os de não partidizar a causa do negro (medo da desmobilização exterior, provocada pelo Estado Novo) e, também, criar uma aura de respeito à imagem pública do grupo que procurava representar.” (SILVA, 2012, p. 238). Essa entidade atuava em prol dos direitos dos negros e contra a sua marginalização, porém teve suas atividades encerradas em 1976.

As lutas da população negra foram muitas para alcançar as diversas conquistas que almejavam, sendo realizadas por meio de associações, jornais, teatros, movimentos sociais, entre as inúmeras outras formas de combater o racismo e lutar por direitos iguais entre brancos e negros. Nesse âmbito, vale ressaltar o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 7 de julho de 1978, anteriormente denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). O marco do surgimento do MNU representa-se pela realização de um ato público contra o racismo, contando a presença de aproximadamente 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, devido à discriminação de quatro atletas negros “no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases”. (DOMINGUES, 2007, p. 113). Os objetivos do Movimento Negro Unificado são muitos, desde a luta contra o preconceito e discriminação racial até a educação com a qual essa população tem o direito de ser contemplada e suas iniciativas e planos foram muitos, com o intuito de abranger todas as áreas sociais.

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114).

É notável que a luta pela inserção da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares já ocorria há mais de vinte anos anteriormente à aprovação da Lei 10.639/03, demonstrando não se tratar de uma ação governamental, mas da luta da população

negra e do MNU. Sendo assim, sabe-se que existiram muitos outros movimentos até a Conferência de Durban, porém optou-se de forma precisa e sucinta a selecionar os acontecimentos e movimentos contemporâneos.

Nesse contexto, vale ressaltar o importante papel desempenhado pela III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. Segundo enfatiza a Declaração de Durban (2001, p. 42), há “[...] importância de se promover a conscientização e proporcionar o treinamento para os vários agentes do sistema de justiça criminal, para assegurar a aplicação justa e imparcial da lei.” Nesta perspectiva, o Brasil assumiu o compromisso de atuar propositivamente contra o racismo e a discriminação racial e construir políticas com esse objetivo.

Na área da educação, o resultado efetivo se deu por meio da primeira lei sancionada pelo governo Lula, a 10.639/2003, em 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, - Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 - tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. Segundo o texto legal (artigo 26-A):

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Pode-se, dessa forma, restituir de alguma maneira ao povo negro as contribuições realizadas ao longo de sua existência. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais o “reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira [...]”.(BRASIL, 2004, p. 11). A valorização dessa diversidade se concretiza após a conscientização e respeito da sociedade em relação à história e cultura negra.

Vale ressaltar que “A Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais são fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado” (GOMES, 2009, p. 4). Foi devido aos diversos debates e movimentos organizados que se obteve um resultado concreto do governo, que a partir da referida lei deverá buscar subsídios para colocá-la em prática.

Conforme Gomes, (2009), é importante que haja a mobilização da sociedade civil, para que dessa forma se possa obter a devida efetivação da Lei. A representação e a modificação desse paradigma podem ocorrer principalmente por meio da educação, uma vez que os processos de ensino, aliados às expectativas da sociedade poderão orientar e promover o aprendizado a respeito da história e cultura negra sem discriminações.

A imagem dos negros nos livros didáticos e também na literatura infanto-juvenil é demonstrada sempre com inferioridade e de forma negativa. Não são disseminadas nesses livros as inúmeras contribuições que a população negra proporcionou para a sociedade, dificultando, dessa maneira, o reconhecimento da identidade negra pelos indivíduos.

Pode-se considerar, principalmente na área da educação e ensino, que a promulgação da Lei 10.639/03 propiciou o surgimento de materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula que preconizam a história e cultura africana e afro-brasileira, assim como as lutas dos negros de uma maneira geral em prol do país, seus direitos e sua liberdade. Esse contexto não existia anteriormente à aprovação da Lei, no qual a educação sempre foi marcada pelo preconceito e a forma discriminatória nos conteúdos dos materiais de estudo.

No entanto, não significa que a educação, mesmo com os suportes informacionais que estão disponíveis, está mudando completamente. Ainda existem muitas dificuldades enfrentadas por professores, incluindo a falta de treinamento para lecionar sobre o assunto em sala de aula. O preconceito ainda continua muitas vezes sendo perpetuado e disseminado por meio de conteúdos que são erroneamente interpretados e não aprofundados, isto pode ocorrer por falta de interesse ou conhecimento sobre a temática.

Faz-se importante destacar os nomes de algumas das muitas pessoas negras que tiveram uma importante atuação em diferentes áreas do conhecimento, enfatizando-se suas participações na atuação profissional, criação tecnológica e artística e nas lutas sociais. (BRASIL, 2004, p. 22). Pode-se citar Zumbi dos Palmares, um guerreiro que lutou pelos negros e suas terras até sua morte em 20 de novembro de 1695, data declarada como dia Nacional da consciência negra; Aleijadinho, escultor, entalhador e arquiteto; Luiz Gama, abolicionista, “Poeta, jornalista e advogado, Luiz Gama é um dos raros intelectuais negros brasileiros do século XIX, o único autodidata e o único, também, a ter vivido a experiência da escravidão [...]” (FERREIRA, 2007, p. 271); Lélia Gonzáles, graduada em História e Filosofia, pós-graduada em Comunicação e Antropologia, militante do Movimento Negro e fundadora do MNU, professora e tradutora, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entre muitos outros cargos exercidos pela ativista (RATTS; RIOS, 2010); Abdias do

Nascimento, “escritor, artista plástico, teatrólogo, político e poeta, [...] foi um dos maiores ativistas pelos direitos humanos e deixou um legado de lutas pelo povo afrodescendente no Brasil.” (INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO BRASILEIROS, 19--?); Léa Garcia, ativista e atriz de muito prestígio tanto no teatro como na televisão, sempre lutando pelos ideais do povo negro. Sendo assim, pode-se perceber dentre muitos intelectuais negros, a importância dos papéis que exerceram para a sociedade e também a história que construíram por meio da luta e realização de seus objetivos, com o intuito de que a população negra obtivesse o devido reconhecimento pelos seus trabalhos e capacidades cognitivas, estabelecendo também, ligações às habilidades incorporadas à cultura.

Neste sentido, pode-se citar Gramsci (1982) que versa sobre intelectuais e os seus diferentes tipos presentes na sociedade e classifica-os em categorias, designando-os como orgânicos e tradicionais. Corroborando com as obras de Gramsci, o autor Semeraro (2006) ressalta o papel dessas duas categorias, explicitando suas personalidades. Destarte, para o autor, os intelectuais tradicionais representados na época por funcionários, clero, acadêmicos entre outros, dedicavam-se a “abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história. Fora do próprio tempo, [...] consideravam-se independentes, [...] cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco.” (SEMERARO, 2006, p. 377). Desse modo, essa categoria permanecia desatualizada e fora dos avanços da ciência, diferentemente dos orgânicos. Sendo assim, conforme Gramsci (1975 apud SEMERARO, 2006, p. 378) os intelectuais orgânicos “além de especialistas na sua profissão, [...] elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.” Pode-se constatar que essa categoria busca estar atualizada e ser propulsora de melhorias para o seu grupo social e semelhantes. Procura agir em prol da democracia, não permitindo ficarem estagnados nos mesmos preceitos que os tradicionais.

Gramsci (1982, p. 21) afirma que “todos os homens são intelectuais”, porém nem todos eles exercem essa função na sociedade. Pode-se refletir por meio dessa afirmativa que os intelectuais também podem ser aqueles que participam do meio acadêmico e/ou produzem e realizam pesquisas em prol da área que participam, envolvendo temáticas de seus interesses para benefício da sociedade e comunicação científica.

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço

muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. (GRAMSCI, 1982, p. 126).

O autor explica que toda atividade humana exige um nível de intelectualidade, no entanto, sempre diferente, sendo em alguns casos maior e outros de menor exercício. Todavia, todo homem exerce uma atividade intelectual, seja na sua profissão ou fora dela, contribuindo de forma diversificada para novas percepções sobre o mundo.

Neste sentido, Santos (2011) ressalta “que intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro, embora estes fossem – e ainda são – poucos”. A universidade não disponibilizava espaço para docentes e pesquisadores negros, muitas vezes ficando excluídos do meio acadêmico e sem privilégios.

[...] havia uma política abertamente racista na hora de iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior; todavia, não houve nenhum protesto ou ação antirracista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em virtude desse racismo estrutural [...]. (CARVALHO, 2005, 2006 apud SANTOS, 2011, p. 2).

Conforme Santos (2011), o surgimento desses intelectuais negros ocorreu após as condições sociais emergidas por meio do Movimento Negro Unificado em 1978, incentivando essas pessoas a reconhecerem as contradições sociais e lutarem por seus ideais e contra a discriminação racial, sendo destacados principalmente na área da Educação, atuando na identificação dos conteúdos que inferiorizavam e negligenciavam os negros na construção da história. Assim, “os negros intelectuais começaram a intervir na produção do conhecimento sobre a população negra brasileira e passaram a ser agentes que se reconhecem como sujeitos na e da produção do conhecimento sobre relações raciais no Brasil.” (SANTOS, 2011, p. 8). E não somente como objetos de pesquisa de outros intelectuais, passando a produzir e desenvolver pesquisas em prol do reconhecimento do seu intelecto e dignidade como pesquisador.

Neste sentido, a Lei 10.639/03 foi sancionada para minimizar o estereótipo negativo que se tem em relação aos negros, principalmente representados nos livros didáticos. A partir da Lei, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira não é instituído apenas no ensino básico, mas também nas universidades.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (BRASIL, 2004, p. 31).

O ensino dessa temática nas universidades promove o resgate e a compreensão da história dos negros que ainda não foi discutida com ênfase na importância das contribuições que essa população proporcionou para o Brasil. O conhecimento sobre a história e cultura dos negros impulsiona o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas sobre o assunto e resulta no crescimento da produção e comunicação científica sobre essa temática. Dessa forma, surge uma maior visibilidade a respeito da história e cultura africana e afro-brasileira.

Por seu turno, a Resolução CNE/CP Nº 1/2004 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em seus parágrafos 1º e 2º do artigo 2º, a resolução trata de suas finalidades e sintetiza o espírito da Lei 10.639/2003 e uma concepção de formação do cidadão pela escola, como expresso a seguir.

§ 1º A educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Nesta sequência de instrumentos e documentos legais que tratam do tema, em abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O conceito de qualidade em educação declarado no PDE está sintonizado com o previsto nas Diretrizes Curriculares para a Implementação da Lei 10.639, de 2003. Desta forma, no que diz respeito à educação, o Brasil além de cumprir os compromissos internacionais assumidos com o objetivo de combater o racismo e a discriminação racial, por meio da Lei mencionada e da Resolução CNE/CP 1/2004, dá um importante passo na direção de uma mudança qualitativa no seu sistema de ensino.

No entanto, entre a orientação normativa e a efetividade das mudanças sugeridas observa-se a existência de uma distância a ser trilhada que impõe a identificação de quais são os atores sociais que, conjuntamente com os entes federativos, podem assumir a tarefa de implementar as alterações previstas na Lei. Como é tratado nas Diretrizes Curriculares Nacionais: “[...] Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas,

culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola”. (BRASIL, 2004, p. 13). É importante considerar que essas práticas não se restrinjam apenas às escolas, pois abrangem principalmente as bibliotecas, escolares ou públicas, que são os ambientes informacionais que armazenam e disponibilizam esses materiais, assim como os outros suportes de informações disponíveis nos meios digitais.

5 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Os meios para disseminação do conhecimento são crescentes na sociedade da informação. Neste sentido, “O meio disponível e a natureza da comunidade científica afetam não só a forma como a informação é apresentada, mas também a quantidade de informações em circulação”. (MEADOWS, 1999, p. 2). As fontes de informação desempenham um importante papel para a divulgação das produções científicas, principalmente as disponíveis em meio eletrônico, aumentando as possibilidades de acesso, disseminação e recuperação dos estudos desenvolvidos.

Os pesquisadores desempenham o papel de produtores da informação científica, que neste trabalho se trata da informação etnicorracial e buscam disseminá-la nas inúmeras fontes de informação com o intuito de minimizar o preconceito e a discriminação a respeito da população negra. O suporte informacional estudado neste trabalho representa-se pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), disponível na Internet por meio do CNPq. A participação desses estudiosos no DGP demonstra a influência e determinação que estes pesquisadores possuem em relação ao desenvolvimento de suas pesquisas e causas defendidas.

[...] a relação estabelecida entre ciência e comunicação científica, está ligada ao que chamamos de produtividade, contribuir para a construção da ciência através de trabalhos científicos, que comprovem situações de teor significativo para aqueles que deles necessitem. (VALÉRIO; BERNARDINO; SILVA, 2012, p. 159).

A produção científica torna-se um dos principais recursos para divulgação de pesquisas pelas comunidades e reconhecimento da ciência. Conforme Targino (2000, p. 54) “É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem.” É por meio dessa aceitação e avaliação pelos pares que a produção científica será inserida nos suportes informacionais para sua maior divulgação e participação no desenvolvimento da ciência, que

[...] não significa simplesmente conhecimentos ou informações *publicados*. [...] O conhecimento científico é mais do que isso. Seus fatos e teorias têm de passar por um crivo, por uma fase de análises críticas e de provas, realizadas por outros indivíduos competentes e desinteressados, [...]. O objetivo da ciência não é apenas adquirir informação, nem enunciar postulados indiscutíveis; sua meta é alcançar um consenso de opinião racional que abranja o mais vasto campo possível. (ZIMAN, 1979, p. 24, grifo do autor).

O reconhecimento da ciência se dá pela credibilidade das informações publicadas, que dependem do processo de avaliação e triagem das produções. A produção científica torna-se cada vez mais necessária ao reconhecimento intelectual e científico das universidades. “[...] é a forma pela qual a universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no saber-fazer-poder ciência; é a base para o desenvolvimento e a superação de dependência entre países e entre regiões de um mesmo país [...]”. (WITTER apud SANTILONE et al., 2012). O desenvolvimento das pesquisas juntamente com os professores/pesquisadores, visa à divulgação dessa produção com o intuito de devolver para a sociedade aquilo que é pesquisado a seu respeito. “A ‘comunicabilidade’ é a característica principal da produção científica, pois permitirá o reconhecimento do pesquisador pelos pares e lhe garantirá sucesso na sociedade científica”. (LE COADIC, 2004, p. 34).

Nesse contexto, vale ressaltar os canais formais e informais de informação, pois fazem parte do processo de comunicação na sociedade e são os caminhos percorridos pelas informações até alcançarem o seu público alvo. Corroborando com Targino (2000, p. 69) a comunicação científica formal pode ser representada por meio de “livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos”, entre outros, podendo atingir um público mais abrangente e seu conhecimento ser considerado mais “válido e consolidado” pela sociedade. Esses canais possibilitam uma maior permanência das informações na comunidade científica, proporcionando discussões e novas análises sobre as obras já existentes, fomentando a produção de conhecimento e de novas pesquisas científicas.

No que concerne à comunicação científica informal, podem ser destacados “as reuniões científicas, participação em associações profissionais e colégios invisíveis. É a comunicação direta pessoa a pessoa.” (TARGINO, 2000, p. 71). Esses canais informais, por sua vez, atingem a um público mais restrito e não são objeto de uma avaliação prévia como é ressaltado pela autora supracitada, no entanto, estão em constante atualização e possuem um menor custo para a disseminação desses conhecimentos. Sendo assim, Meadows (1999) constata que o “veículo principal” da comunicação científica formal e informal, passou a ser a sociedade científica, por meio do estabelecimento de relações e troca de conhecimentos entre os grupos de pesquisadores, profissionais e intelectuais.

É importante destacar os canais eletrônicos que estão disponíveis na Internet, como bases de dados, livros digitais, periódicos eletrônicos e muitos outros suportes informacionais disponíveis em rede, como por exemplo: o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, “uma base de dados alimentada pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de

pesquisa das instituições participantes.” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, [2014?]). “A produção intelectual dos pesquisadores de um determinado campo científico é comunicada através dos canais de comunicação formais e informais da ciência.” (CARVALHO et al., 2013).

Este novo formato de comunicação fez com que a pesquisa passasse de um ato isolado para um trabalho coletivo, em que envolve vários pesquisadores, assim como instituições nacionais e internacionais, por necessitar de investimentos para manterem seus laboratórios com equipamentos atualizados (OLIVEIRA; NORONHA, 2005 apud CORREIA, 2006).

Contudo, “a utilização desses novos canais tem acarretado uma aceleração no acesso à informação e na disponibilização dos resultados de pesquisa, impulsionando o ciclo de produção do conhecimento”. (CORREIA, 2006). Pode-se perceber que a circulação das informações compreende um processo que perpassa por vários tipos de suportes informacionais para conhecimento das comunidades científicas, consideradas “redes de organizações e relações sociais formais e informais que desempenham várias funções. Uma das funções dominantes é a de comunicação.” (LE COADIC, 2004, p. 33). Segundo o autor, essa função permite a troca de informações entre os cientistas no que concerne aos trabalhos em desenvolvimento. Dessa forma, os limites entre os canais de comunicação estão sendo minimizados, devido aos meios eletrônicos proporcionarem um maior acesso tanto às fontes informais quanto formais.

O surgimento da Internet vem tendo um impacto significativo também nas formas de comunicação científica e, conseqüentemente, nos sistemas de informação em C&T. Diferentes processos sociais, econômicos e tecnológicos convergem para configurar a situação atual das formas de comunicação científica. [...] a própria comunidade científica internacional oferece uma alternativa prática para a publicação de seus trabalhos e sua disponibilização gratuita como alternativa aos periódicos científicos controlados pelos grandes editores internacionais. (MARCONDES; SAYÃO, 2002, p. 43).

Os periódicos científicos são os principais meios de divulgação dos resultados de pesquisas em andamento e também já concluídas. Esses suportes informacionais permitem dar maior visibilidade nacional e internacional aos trabalhos publicados. Existem critérios de qualidade e uma avaliação prévia pelos pares para inserção de qualquer conteúdo nesses meios de disseminação de informações. Porém, como supracitado, muitos dos periódicos não são gratuitos e possuem métodos de avaliação mais rigorosos quanto à aprovação do trabalho para publicação, principalmente os internacionais. No entanto, “a ciência está se tornando

mais global. A velocidade e o baixo custo dos fluxos internacionais de informação colocam pesquisadores e centros de pesquisa em contato direto”. (SCHWARTZMAN, p. 16, 1993).

Faz-se importante lembrar o surgimento dos periódicos científicos, que se configurou na segunda metade do século XVII, envolvendo diversos motivos. Entre eles, encontrava-se a possibilidade de lucro dos editores; a probabilidade de novos descobrimentos por meio de um “debate coletivo”, todavia o principal motivo foi a necessidade de comunicação e disseminação de informações na sociedade científica. (MEADOWS, 1999). Essa forma de publicação proporciona o conhecimento de diferentes ideias sobre a temática estudada naquele periódico. Possibilita também, o reconhecimento de pesquisadores por meio de suas publicações, podendo estabelecer relações entre esses autores e seus trabalhos desenvolvidos. Sendo assim, os meios de circulação informacionais proporcionam uma certa “organização” do grande fluxo de informações.

6 DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL – (DGP/CNPQ)

As agências de fomento à pesquisa e produções científicas, incentivam a pesquisa por meio de financiamentos contemplados por editais, bolsas e auxílios ao desenvolvimento científico e tecnológico no país. Nesse contexto, vale ressaltar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que se trata de uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), “tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros”. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2014?).

O CNPq foi criado em 1951, e disponibiliza investimentos para universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional, em âmbito nacional e no exterior. Tem como missão “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, [2014?]). Sendo assim, colabora para o desenvolvimento e reconhecimento nacional e internacional das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros.

Dentre as diversas funções e programas que essa agência contempla, encontram-se ferramentas de suma importância para disseminação e auxílio de pesquisas, como o currículo Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil teve início em 1992, é composto por uma base corrente de busca que proporciona acesso aos grupos de pesquisa e também aos censos com dados estatísticos bi-anuais, demonstrando dessa forma o perfil dos grupos de estudos cadastrados na base. Permite que os participantes dos grupos tenham acesso às suas informações e possam atualizá-las sempre que necessário.

Os censos disponibilizam dados até 2010 e possuem várias estratégias de recuperação das informações por meio da busca textual. As pesquisas podem ser realizadas por meio de diversas variáveis, grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e produção C, T&A, podendo ser identificados no ato da busca utilizando as várias alternativas existentes na página de busca textual dos censos. Entre elas, nome do grupo, nome da linha de pesquisa, título da produção C, T&A, palavra-chave da linha de pesquisa, entre outros filtros. A busca textual supracitada, difere da consulta na base corrente, porque se refere aos censos até 2010,

enquanto a base corrente contém informações atuais, porém não contabilizadas ainda por meio dos censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Tais recursos já são resultado da nova versão dessa plataforma.

Para a Busca Textual, a base de dados do Diretório disponibiliza, além das informações cadastradas pelos grupos de pesquisa, informações complementares que foram migradas da base de currículos Lattes, como, por exemplo, as referentes à produção científica, tecnológica e artística dos integrantes dos grupos. Possui também informações migradas do Sistema Gerencial de Fomento do CNPq (bolsistas de pesquisa - PQ, PV, DCR e RD ativos em junho de 2002) e do Sistema Coleta/Capes, ano-base 2001 (docentes NRD5 - conceitos resultantes da avaliação 2001). (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014?)

Vale ressaltar que o CNPq lançou uma nova versão do Diretório em 23 de abril de 2014, com novas ferramentas de busca e melhor estruturação de leiaute do site, com o intuito de ampliar a quantidade de acessos e pesquisas, assim como ocorre com a plataforma Lattes. As pesquisas podem ser realizadas de várias maneiras, pelo nome do grupo, linha de pesquisa, pesquisador, estudante, técnico e colaborador estrangeiro, além de filtros específicos sobre os grupos, aumentando dessa forma, as chances de recuperar a informação desejada. (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014). As pesquisas no DGP contemplam as especificidades de cada grupo e as relações estabelecidas entre participantes e produções científicas de cada autor.

As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014).

Sendo assim, essa plataforma torna-se um meio de divulgação das pesquisas desenvolvidas e em andamento, possibilitando assim o conhecimento dos grupos de pesquisa e também a troca de informações tanto dos pesquisadores como de usuários do Diretório, propiciando o estabelecimento de inter-relações entre esses participantes e usuários. Permite também o acesso ao currículo *lattes* dos pesquisadores pertencentes aos grupos e às linhas de pesquisa. “O pesquisador é um membro graduado ou pós-graduado da equipe de pesquisa, direta, ativa e criativamente envolvido com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo.” (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014?). Os grupos de pesquisa presentes no DGP estão representados principalmente por “universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de

pesquisa científica e institutos tecnológicos.” (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014?).

A utilização do currículo *Lattes* é obrigatória por todos os pesquisadores e estudantes pertencentes aos grupos de pesquisa, e tornou-se uma exigência para participação no Diretório. Tal medida se fez necessária a partir de 2002, almejando estabelecer uma relação entre as produções dos pesquisadores e os grupos que participam no DGP. Dessa forma, é propiciado o acesso às produções científicas de cada integrante dos grupos. (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014).

A nova política de C&T deve implementar tarefas aparentemente contraditórias: estimular a liberdade, iniciativa e criatividade dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, estabelecer um forte vínculo entre o que eles fazem e as necessidades da economia, do sistema educacional e da sociedade como um todo. Deve também tornar a ciência e tecnologia brasileira verdadeiramente internacional e fortalecer a capacidade educacional e de C&T interna ao país. (SCHWARTZMAN, p. 2, 1993).

A produção dos pesquisadores deve refletir benefícios para a sociedade e não ser pautada apenas nos interesses pessoais de quem desenvolve a pesquisa. Os conhecimentos são adquiridos e assim disseminados fortalecendo a rede de comunicação e troca de experiências entre a sociedade científica.

A comunicação científica proporciona o reconhecimento dos pesquisadores de forma nacional e internacional, dependendo dos suportes informacionais onde são publicados seus trabalhos e também a importância da temática para a área que desenvolve estudos sobre a pesquisa divulgada. Dessa forma, ressalta-se a importância da criação de grupos de pesquisa, para estabelecer relações entre os membros pesquisadores e suas áreas de interesse, contribuindo para o surgimento de novos estudos.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é a fonte de informação desta pesquisa, colaborando com as buscas realizadas na base corrente para recuperação dos grupos que realizam estudos sobre a Lei 10.639/03. Pretende-se destacar as áreas que realizam esses estudos com maior ênfase, informando também os pesquisadores e suas produções científicas.

O DGP representa em forma de censos, os dados estatísticos sobre a evolução dos grupos cadastrados; participação de pesquisadores e estudantes; instituições e quantificação de grupos e linhas de pesquisa presentes nas mesmas, entre outros indicadores. Considera-se importante a evolução dos grupos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, destacando-se na tabela 1, apenas as áreas em que os estudos sobre a Lei 10.639/03 estão mais

presentes, podendo ser identificado desde 1993 até 2010. Vale ressaltar que a tabela 1 faz parte do referencial teórico, sendo adaptada apenas com as áreas de interesse da pesquisa.

Tabela 1 - Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante do grupo* - 1993-2010

Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante do grupo* - 1993-2010									
Área do Conhecimento	1993	1995 **	1997 ***	2000	2002	2004	2006	2008	2010
	Grupos	Grupos	Grupos	Grupos	Grupos	Grupos	Grupos	Grupos	Grupos
Artes	56	73	104	108	144	253	334	375	512
Educação	201	229	324	631	899	1.194	1.483	1.711	2.236
História	102	115	161	200	290	364	437	525	690
Letras	130	139	163	243	306	415	481	528	672
Sociologia	88	100	149	187	240	296	344	382	470

Fonte: Adaptado do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (2014)

Notas:

* Em 1993, a área corresponde à especialidade de atuação do primeiro líder do grupo. Tendo em vista que cada pesquisador pôde informar até 6 especialidades, há dupla contagem de grupos nos casos em que as especialidades informadas pertencem a diferentes áreas.

** Não estão computados 97 grupos que não informaram a área do conhecimento. Esses grupos informaram apenas a grande área, a saber: Agrárias = 6; Biológicas = 34; Saúde = 27; Exatas e da Terra = 26; Engenharias e C. da Computação = 3; Humanidades = 1.

*** Não estão computados 88 grupos da UEM cadastrados na base após a tabulação dos dados e nem 3 grupos que não informaram a área predominante.

É notável o crescimento expressivo do número de grupos de pesquisa na área da Educação, com uma quantidade de 2.236 grupos até 2010, enquanto a Sociologia possuía naquele ano apenas 470. O diferencial torna-se expressivo, podendo justificar-se pela imensa abrangência que possui a área de Educação, sendo assim, conseqüentemente terá mais participação de pesquisadores e formação de grupos de pesquisa. Outro dado relevante a ser observado, não incluso na tabela, refere-se à representatividade da Ciência da Informação, que no ano de 2010 continha somente 174 grupos cadastrados até aquele momento. Vale ressaltar que a tabela 1 representa os grupos de uma forma geral, não se considerando especificamente a temática estudada neste trabalho.

Contudo, os dados disponíveis no Diretório dos Grupos de Pesquisa permitem demonstrar as funcionalidades do DGP e propiciar a realização de estudos a partir das atualizações, históricos e censos desse Diretório, identificando-se no decorrer dos anos a quantidade de instituições, pesquisadores, grupos, linhas, estudantes e também produção C, T&A. Dessa forma, devolvem-se para a comunidade científica, os índices sobre as pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional.

7 BUSCA E RECUPERAÇÃO DOS DADOS

O desenvolvimento desse trabalho foi pautado na busca e recuperação dos dados que fazem parte dos resultados da pesquisa. Foram selecionados todos os pesquisadores pertencentes às linhas de pesquisa do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, que estudam a Lei 10.639/03 na área de Educação, ressaltando-se que serão apenas as já identificadas por meio das buscas realizadas no DGP. Porém, foram realizadas novas pesquisas devido à atualização da plataforma e à inserção de novos termos durante a busca. Sendo utilizado o termo Educação antirracista para novos resultados.

Após a seleção dos pesquisadores das linhas da área de Educação, selecionada por ser a mais expressiva, foram mapeados e quantificados os trabalhos destes estudiosos publicados em revistas referentes à Lei 10.630/03. Esse método foi desenvolvido por meio da busca no currículo Lattes de cada integrante, podendo assim ter acesso à produção científica de forma geral. Foi realizada também a quantificação da publicação de livros e capítulos de livros desses pesquisadores.

Esses caminhos foram importantes para que fosse possível fazer uma caracterização desses trabalhos, ou seja, caracterizar essas produções conforme a temática estudada nessa pesquisa e verificar quais discussões estão sendo efetivadas a respeito da Lei 10.639/03 por esses pesquisadores que fazem parte dos grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq, assim como as relações entre essas produções e a realidade em que ocorrem os estudos. Nesse contexto, para obter os resultados esperados, fez parte desse processo a análise de conteúdo, que permitiu elencar e dividir em categorias as temáticas dos trabalhos publicados e assim poder caracterizar a produção desses pesquisadores.

Diante dos termos utilizados para a realização das buscas, foram identificados de forma precisa os grupos e linhas que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03. No Quadro 1, a seguir, são discriminadas as quantidades dos grupos de pesquisa e linhas existentes em cada área engajada nas pesquisas desta temática, incluindo a quantidade de pesquisadores que fazem parte dos grupos e das linhas de pesquisa, assim como os estudantes que compõem as linhas que tratam sobre a Lei 10.639/03, excluindo os pesquisadores que não estudam a referida temática, ou seja, estão representados nas linhas de pesquisa, apenas o quantitativo de estudiosos que desenvolvem estudos sobre a temática tratada neste trabalho.

Quadro 1 - Dados relativos aos números de pesquisadores por grupo e por linhas que estudam a Lei 10.639/03 e estudantes que fazem parte dessas linhas.

Área	Grupos	Linhas – Lei 10.639/03	Pesquisadores – Grupos	Pesquisadores - Linhas	Estudantes Linhas
Artes	1	1	14	1	-
Educação	11	12	91	30	24
História	2	2	18	8	4
Letras	3	3	20	12	3
Sociologia	1	1	3	3	2
Total	18	19	146	54	33

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 1 expõe cinco áreas do conhecimento e o quantitativo dos grupos e linhas de pesquisa que tratam sobre a Lei 10.639/03. A coluna descrita como grupos designa a quantidade presente em cada área representada no Quadro, ocorrendo o mesmo com as linhas que estudam a Lei. A quantidade de linhas pode ser maior ou menor do que a de grupos, porque na maioria dos casos existe apenas uma linha em cada grupo que pesquise a respeito da Lei. Porém, apenas em um caso, na área de Educação, existe um grupo com duas linhas que exploram a temática estudada neste trabalho. O mesmo acontece com os dados referentes aos pesquisadores, sendo exposto o número de pesquisadores dos grupos e linhas pertencentes a eles, presentes naquela área. O quantitativo por linha consequentemente será menor, porque nem todos os pesquisadores que fazem parte do grupo participam das linhas que desenvolvem pesquisas sobre a Lei 10.639, podendo estar presentes em outras linhas referentes a outros tipos de estudos.

Dentre as áreas dispostas no Quadro 1, a que mais contém grupos e linhas é Educação, com 11 grupos, totalizando 91 pesquisadores distribuídos entre eles, e 12 linhas com 30 pesquisadores distribuídos entre elas. Destas, participam 24 estudantes. A quantidade de pesquisadores das linhas apresenta um quantitativo menor porque nem todos os pesquisadores que integram o grupo de pesquisa fazem parte das linhas que realizam estudos sobre a Lei 10.639/03. O motivo pelo qual a área de Educação possui mais grupos pode ser explicado pelo fato da Lei 10.639 ser voltada para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, portanto, afetando diretamente os estudos sobre fundamentos, planejamento de currículo, métodos e práticas de ensino. Sendo assim, foi a área selecionada para a realização da análise de conteúdo dos trabalhos dos pesquisadores das linhas.

Vale ressaltar que dentre as 19 linhas de pesquisa recuperadas, quatro delas não trazem nomes de estudantes registrados, sendo uma linha na área de Artes e três em Educação. A

quantidade de estudantes que fazem parte das linhas sempre varia, assim como os pesquisadores, pois nem todos que participam do grupo estão engajados nas linhas que discutem a temática estudada neste trabalho.

Pode-se perceber a importância dessa temática devido à quantidade de grupos que sobre ela desenvolvem estudos, destacando-se que sua recuperação ocorreu apenas pelos termos já supracitados, podendo haver também outras possibilidades.

Os grupos de pesquisa e suas respectivas linhas procuram desenvolver e aprofundar os estudos sobre a Lei 10.639/03 em diversos âmbitos e áreas do conhecimento, discutindo sobre as dificuldades, desafios e perspectivas relacionadas à aplicação e efetividade da referida lei.

Vale ressaltar que os pesquisadores possuem interesses diversos, sendo que nem todos possuem em seus currículos trabalhos exclusivamente da temática estudada nesse trabalho, podendo ter participado como coautores dos artigos publicados e participarem de grupos de pesquisa diferenciados, em que a área principal de interesse não seja a Lei 10.639/03.

No entanto, é importante lembrar que a pesquisa realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, pode ter excluído outros pesquisadores que também possuem publicações sobre a temática, mas que não foram recuperados por meio da busca dos termos realizada na base. Entende-se dessa forma, que existam mais estudiosos que desenvolvem trabalhos sobre a temática, entretanto, por não estarem engajados em grupos de estudos, não fizeram parte da análise.

O Quadro 2, a seguir, contém a descrição dos nomes dos grupos de pesquisa e das linhas encontrados por meio das buscas e as instituições em que são desenvolvidos os estudos. Destarte, vale ressaltar o total de pesquisadores que compõem os grupos identificados, sendo 146 e 54 das linhas que versam a respeito da temática estudada neste trabalho.

Quadro 2 Grupos e linhas de pesquisa que estudam a Lei 10.639/03.

ÁREA	GRUPOS	LINHAS	INSTITUIÇÃO
Artes	CESA	História e historiografia da arte	USP
Educação	CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiões	Educação, Teologia e Religiões: Formação e pesquisa	UNEB
	Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileira	Afroperspectivas e educação	IFRJ
	Estudos Culturais em Educação e Arte	Matrizes Culturais Brasileiras. O ensino da arte e a lei 10.639	UFRRJ
	GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais	Ação Afirmativa, Multiculturalismo e Educação: a aplicação da Lei 10.639/03 na rede pública de ensino na Baixada Fluminense/RJ	UFRRJ
	Laboratório de Pesquisas em	História e Cultura Africana e	UFG

	Educação Química e Inclusão	Afro-Brasileira	
	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - Labepeh/UFMG	Ensino de História e Diversidade cultural	UFMG
	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de Uberlândia - NEAB/UFU	Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas	UFU
	Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania	Educação, Relações étnico-raciais e Ações Afirmativas	UNESP
	Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente	Formação de Professores e Relações Interétnicas	UFU
	Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções)	Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais	UFRRJ
	NUPEHDIC - Núcleo de Pesquisa em Educação, História e Diversidade Cultural	História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena	IFTO
História	Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras	Experiências, Memórias e Culturas	UNEB
	Neab (nucleo de estudos afro-brasileiros)	Educação e relações raciais	UFT
Letras	Afirmção Identitária Negra e produções literárias afro-brasileiras e africanas (NEGR'AFROs)	Formação de Educadores/as para as Relações Etnicorraciais	UNEB
	O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita	Ensino/Aprendizagem de Língua Materna e a Lei 10.639/03	UFS
	Grupo De Estudo E Pesquisa: Relações Étnico-Raciais E Afirmção Identitária Negra (NIARE)	Formação de Educadores/as para as Relações Etnicorraciais	UNEB
Sociologia	Populações Tradicionais	Questões Étnico-Raciais, Socioambientais e Identidade Cultural no contexto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	IFS

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 2 expõe os títulos dos grupos e linhas de pesquisa encontrados nas buscas realizadas no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, identificando as áreas e instituições a que pertencem. Ao todo são doze instituições que desenvolvem pesquisas sobre a Lei 10.639/03, recuperadas por meio das buscas realizadas pelas palavras-chave selecionadas para recuperação dos grupos. Algumas delas com três grupos, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) –, porém em áreas distintas, já a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – tem dois grupos na mesma área. Ocorre o mesmo com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na qual – constam dois grupos na mesma área. No que concerne aos nomes das linhas, nem sempre consta em seu título a informação de que desenvolvem estudos

sobre a Lei 10.639/03, o que pode ser identificado, entretanto, nas palavras-chave e nos objetivos de cada linha.

Sendo assim, esta pesquisa buscou mapear as linhas de pesquisa que realizam estudos a respeito da Lei 10.639/03 e suas atribuições. A Lei é estudada por diferentes grupos de pesquisa e em doze instituições diferentes, dentro das cinco áreas mencionadas no Quadro 2.

As relações temáticas entre grupos e linhas de pesquisa são estritamente próximas no que concerne às temáticas e também às áreas em que estão inseridos. Os títulos dos grupos estão relacionados em sua maioria à educação e ao ensino voltados para a história e cultura africana e afro-brasileira, como também para as relações étnico-raciais. Todos os grupos recuperados na busca são da área de ciências humanas. E as linhas de pesquisa inseridas nesses grupos estudam diversos temas, entre eles destaca-se a Lei 10.639, presente em pelo menos uma linha de pesquisa em cada grupo identificado. O Quadro 3 especifica o status dos grupos de pesquisa recuperados no diretório e as datas de formação de cada grupo.

Quadro 3 - Status dos grupos de pesquisa identificados

Grupos	Data de formação	Instituição	Status do grupo no diretório	Estado do grupo
CESA	2009	USP	Certificado	SP
CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades	2009	UNEB	Certificado	BA
Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileira	2010	IFRJ	Certificado	RJ
Estudos Culturais em Educação e Arte	2006	UFRRJ	Certificado	RJ
GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais	2006	UFRRJ	Certificado	RJ
Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão	2006	UFG	Certificado	GO
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - Labepeh/UFMG	2012	UFMG	Certificado Não atualizado	MG
Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de Uberlândia - NEAB	2010	UFU	Certificado	MG
Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania	2012	UNESP	Certificado	SP
Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente	2005	UFU	Certificado	MG
Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções)	2010	UFRRJ	Certificado	RJ
NUPEHDIC - Núcleo de Pesquisa em Educação, História e Diversidade Cultural	2010	IFTO	Certificado	TO
Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras	2009	UNEB	Certificado	BA
Afirmação Identitária Negra e				

produções literárias afro-brasileiras e africanas (NEGR'AFROs)	2012	UNEB	Certificado	BA
O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita	2002	UFS	Certificado	SE
Grupo De Estudo E Pesquisa: Relações Étnico-Raciais E Afirmação Identitária Negra (NIARE)	2012	UNEB	Certificado	BA
Populações Tradicionais	2011	IFS	Certificado	SE

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os dezessete grupos representados no Quadro 3, apenas um não foi atualizado há mais de 12 meses segundo informa o Diretório. Quanto ao restante dos grupos estão todos atualizados, aparecendo a informação “certificado pela instituição” e nenhum comentário sobre a não atualização do grupo. É importante destacar um grupo que aparece no quadro 2, porém não consta no quadro 3, por não estar atualizado, todavia, após uma nova busca, esse grupo não foi recuperado pelo Diretório, intitula-se: NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros)/UFT da área de História. Sendo assim, pressupõe-se que o mesmo tenha sido desativado devido a não atualização.

O grupo mais antigo, com mais de dez anos, foi formado em 2002, intitulado O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita, da Universidade Federal de Sergipe. No entanto, a Lei 10.639/03 foi aprovada apenas em 2003, o que atesta que muitos pesquisadores já discutiam sobre a temática e a sua importância, antecipando-se ao instrumento legal. Outro aspecto considerado importante seria pensar que a linha de pesquisa pode ter sido criada após a aprovação da Lei já supracitada.

Os grupos recuperados pelas buscas são oriundos de diferentes instituições totalizando onze, porém algumas delas possuem mais de um grupo. São distribuídas em quatro regiões do Brasil, sendo uma no norte, três no nordeste, uma no centro-oeste e seis no sudeste. Apenas a região sul não está presente nas instituições que estudam a temática, porque não foi recuperado durante as buscas nenhum grupo de pesquisa que contemplasse os termos utilizados neste estudo. Sendo assim, para melhor identificar as instituições e as regiões a que pertencem foi elaborado um quadro demonstrativo para melhor visualização.

Quadro 4 – Representação das instituições por região

Instituição	Estado	Região	Grupos por instituição
Instituto Federal do Tocantins (IFTO)	TO	Norte	1
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SE, BA	Nordeste	1
Instituto Federal de Sergipe (IFS)			1
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)			4
Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	Centro-Oeste	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG, RJ, SP	Sudeste	1
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)			2
Universidade de São Paulo (USP)			1
Universidade Estadual Paulista (UNESP)			1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)			1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)			3

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 4 dispõe os nomes das instituições, os estados a que pertencem, as regiões e a quantidade de grupos pertencentes a cada uma delas. A Universidade do estado da Bahia possui a maior quantidade de grupos, constando quatro e em segundo lugar a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com três grupos. No que concerne à região, destaca-se a sudeste com nove grupos distribuídos em seis instituições incluídas em três estados, sendo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse contexto, após a realização das buscas nos currículos lattes, foram identificados os pesquisadores das linhas que produzem sobre a Lei 10.639/03 e feita a quantificação dos seus trabalhos, incluindo artigos de revistas, livros e capítulos de livros. Porém, a análise se dá por meio das produções publicadas em periódicos.

Quadro 5 – Mapeamento das publicações

PESQUISADOR /TITULAÇÃO	CURRICULO LATTES/DATA DE ATUALIZAÇÃO	ARTIGOS EM PERIÓDICOS/ LEI 10.639	LIVROS PUBLICADOS/ ORGANIZADOS	CAPÍTULOS DE LIVROS
Alexandre Do Nascimento/ Pós-Doutor	http://lattes.cnpq.br/0151943672720667 - Última atualização do currículo em 20/01/2015	1	-	2
Anna Maria Canavarro Benite/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/8433607360245647 - Última atualização do currículo em 10/01/2015	-	-	-
Antonio Neto Ferreira Dos Santos /Mestre	http://lattes.cnpq.br/9426559160034822 - Última atualização do currículo em 14/12/2014	-	-	-

Benjamin Xavier de Paula/ Doutor	http://lattes.cnpq.br/4904989732251971 - Última atualização do currículo em 11/10/2014	1	1	1
Claudemir Figueiredo Pessoa /Mestre	http://lattes.cnpq.br/4430583067580777 - Última atualização do currículo em 12/09/2014	1	-	-
Claudete De Sousa Nogueira/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/1901736787798867 - Última atualização do currículo em 10/01/2015	-	1	-
Cláudia Regina De Paula/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/6028955069562700 - Última atualização do currículo em 11/01/2015	1	3	2
Claudio Roberto Machado Benite/ Doutor	http://lattes.cnpq.br/9059906601238363 - Última atualização do currículo em 12/01/2015	-	-	-
Cristiane Coppe de Oliveira/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/1337700960486255 - Última atualização do currículo em 26/10/2014	1	1	6
Cristiane Maria Ribeiro/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/8450101390089471 - Última atualização do currículo em 19/08/2014	-	-	3
Cristina Mary Ribeiro Peron/ Especialista	http://lattes.cnpq.br/0352082798185381 - Última atualização do currículo em 07/10/2009	-	1	1
Denise Espírito Santo da Silva/Doutora	http://lattes.cnpq.br/5653535024578200 - Última atualização do currículo em 24/11/2014	-	-	-
Doris Regina Barros Da Silva/ Mestre	http://lattes.cnpq.br/9029116103282606 - Última atualização do currículo em 17/12/2014	-	-	-
Fabiola Benfica Marra/ Especialista	http://lattes.cnpq.br/5981854997393819 - Última atualização do currículo em 16/11/2014	-	-	-
Guimes Rodrigues Filho/ Doutor	http://lattes.cnpq.br/9106112096485107 - Última atualização do currículo em 14/01/2015	2	2	1
Ivete Alves do Sacramento/ Mestre	http://lattes.cnpq.br/9295567989993079 - Última atualização do currículo em 03/09/2012	-	-	-
Janaina Pereira De Oliveira/ Doutor	http://lattes.cnpq.br/4352291939822544 - Última atualização do currículo em 10/10/2014	-	-	-
Júnia Sales Pereira/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/7626569180398693 - Última atualização do currículo em 15/01/2015	3	-	4
Lorene Dos Santos/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/5755158902601110 - Última atualização do currículo em 19/12/2014	3	-	5
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/9836292136030338 - Última atualização do currículo em 11/09/2014	2	-	8
Luciano Magela Roza/ Doutor	http://lattes.cnpq.br/4380634373591400 - Última atualização do currículo em 10/11/2014	1	1	-
Otair Fernandes De Oliveira Doutor	http://lattes.cnpq.br/2554782696953531 - Última atualização do currículo em 03/12/2014	-	-	3
Pablo Luiz De Oliveira Lima/	http://lattes.cnpq.br/7726761466474476 - Última atualização do currículo	-	1	1

Doutor	em 19/12/2014			
Pablo Marquinho Pessoa Pinheiro/ Especialista	http://lattes.cnpq.br/3297666216486394 - Última atualização do currículo em 17/11/2014	-	-	-
Renato Nogueira Dos Santos Junior/ Doutor	http://lattes.cnpq.br/7589245190503189 - Última atualização do currículo em 10/12/2014	1	1	1
Ricardo Dias Da Costa/ Mestre	http://lattes.cnpq.br/5719562203392802 - Última atualização do currículo em 19/01/2015	-	-	-
Roberta Fusconi /Pós Doutora	http://lattes.cnpq.br/0183786706864086 - Última atualização do currículo em 10/10/2012	1	-	2
Soraia Cristina Blank Pós-doutora	http://lattes.cnpq.br/5835287760751172 - Última atualização do currículo em 04/12/2014	-	-	-
Vânia Aparecida Martins Bernardes/ Doutora	http://lattes.cnpq.br/6652896677681616 - Última atualização do currículo em 19/09/2014	-	2	1
Wellington Do Carmo Faria/ Mestre	http://lattes.cnpq.br/8675831299072164 - Última atualização do currículo em 29/01/2014	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora

As buscas foram realizadas nos currículos lattes dos pesquisadores da área de educação, sendo esta, a área selecionada para realizar a análise, devido ser a mais representada por linhas e pesquisadores.

Nesse contexto, foram selecionados 30 pesquisadores das linhas que estudam a Lei 10.639/03 pertencentes aos grupos de pesquisa identificados durante a busca com a utilização dos termos. A pesquisa realizada nos currículos lattes ocorreu no mês de janeiro para verificar a atualidade desses mecanismos. Sendo assim, vale ressaltar que 08 pesquisadores atualizaram seus currículos em 2015, 19 deles realizaram o procedimento em 2014, 2 desses estudiosos apenas em 2012 e apenas um pesquisador atualizou seu currículo pela última vez em 2009.

O quadro 5 demonstra os nomes dos pesquisadores, a titulação, o endereço de acesso aos currículos contendo data de última atualização, publicações de artigos em revistas, os livros publicados/organizados e os capítulos de livros publicados.

Todas essas produções foram selecionadas de acordo com a temática estudada nesse trabalho, ou seja, produções relacionadas à Lei 10.639/03 e à história e cultura africana e afro-brasileira. Sendo assim, foi exposto também o endereço do currículo lattes dos pesquisadores e a data da última atualização de cada currículo. Nota-se que a maioria está atualizada, constando apenas três não atualizados, datando 2009 e dois de 2012. A atualização dos grupos de estudo e currículos Lattes contribui para o desenvolvimento de pesquisas e análises a respeito dos estudos realizados sobre a temática.

No que concerne às publicações de artigos em revistas, 18 pesquisadores dos 30 encontrados nas linhas de pesquisa, não possuem publicações em revistas sobre a Lei 10.639/03. Porém, alguns possuem publicações em outras temáticas em que também realizam pesquisas e outros não possuem nenhuma publicação em periódico. Ressaltando também, as publicações/organizações de livros e capítulos de livros. Sendo assim, apenas 12 pesquisadores das linhas na área de Educação publicaram artigos em revistas.

Sendo assim, foram identificados 18 artigos publicados em revistas. Porém, nota-se que a produção de artigos voltados para a temática, não se trata do principal objetivo desses estudiosos, constando apenas quatro pesquisadores com 2 e 3 artigos respectivamente. As publicações/organizações de livros constam um total de 14 referentes à temática estudada e 41 capítulos de livros publicados sobre a Lei 10.639/03 e a história e cultura africana e afro-brasileira. É importante destacar que o quadro refere-se a produções sobre a lei 10.639/03, sendo assim, têm outras produções a respeito de outras temáticas das quais também realizam pesquisas.

Quadro 6 – Produções dos pesquisadores

PESQUISADORES	ARTIGOS PUBLICADOS/ANO	PALAVRAS-CHAVE
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves/ Doutora	1- Cultura, educação e Lei 10.639/03: discussões, tendências e desafios. Horizontes (EDUSF), v. 30, p. 17, 2013. 2- Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. Educação e políticas em debate, v. 02, p. 27-33, 2013.	1 - Cultura negra, valores civilizatórios, africanidades 2- Lei 10.639/03, prática docente, pesquisa
Guimes Rodrigues Filho/ Doutor	3- Concepções de professores de ciências do ensino fundamental e médio a respeito da Lei Federal 10.639/03. Ensino em Re-vista (UFU. Impresso), v. 19, p. 393-402, 2012. 4- A bioquímica do candomblé - Possibilidades didáticas de aplicação da lei federal 10.639/03. Química Nova na Escola (Impresso), v. 33, p. 85-92, 2011.	3- Lei 10.639/03. Professores de Ciências. Concepções. 4- Candomblé, lei federal 10639/03, química, bioquímica
Roberta Fusconi /Pós Doutora	5- A bioquímica do candomblé - Possibilidades didáticas de aplicação da lei federal 10.639/03. Química Nova na Escola (Impresso), v. 33, p. 85-92, 2011.	5- Candomblé, Lei federal 10639/03, química, bioquímica
Benjamin Xavier De Paula/	6- 10 anos da Lei Federal nº	6- Ensino - História da África -

Doutor	10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. Educação E Pesquisa (USP. impresso), v. 40, p. 435-448, 2014.	Formação de professores - História afro-brasileira
Renato Nogueira Dos Santos Junior/ Doutor	7- Afrocentricidade e Educação: princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África e Africanidades, v. III, p. 01-18, 2010.	7- ---
Claudemir Figueiredo Pessoa /Mestre	8- A Lei n.º 10.639/03 e a folclorização racista. Pesquiseduca, v. I, p. 20-27, 2010.	8- Políticas afirmativas; Lei n.º 10.639/03; ensino de Artes; folclorização racista
Alexandre Do Nascimento/ Pós-Doutor	9- Educação das Relações Étnico-Raciais: Elementos teóricos e metodológicos de uma prática de formação docente. Revista Magistro, v. 8, p. 19-27, 2013	9- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, educação das relações etnicorraciais, formação de professores
Cláudia Regina De Paula/ Doutora	10- O protagonismo negro: o Movimento Negro na luta por uma educação antirracista. Acervo (Rio de Janeiro), v. 22, p. 95-107, 2009.	10- Educação antirracista; lei n. 10.639/03; movimento negro
Cristiane Coppe De Oliveira/ Doutora	11- Implementação da Lei 10639/03 nas licenciaturas da FACIP/UFU: investigando práticas sob a perspectiva da Etnomatemática. Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v. XI, p. 219-242, 2013.	11- Lei 10.639/03, formação inicial, Etnomatemática.
Luciano Magela Roza/ Doutor	12- O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. Revista História Hoje, v. 1, p. 89-110, 2011.	12- resumo disponível
Júnia Sales Pereira/ Doutora	13- O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. Revista História Hoje, v. 1, p. 89-110, 2012. 14- Diálogos sobre o exercício da docência no contexto de recepção das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Educação e Realidade, v. 36, p. 147-172, 2011. 15- Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei 10.639/03. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 21, p. 21-44, 2008.	13- resumo disponível 14- Ensino de História. Recepção da Lei 11.645/08. 15- ---
Lorene Dos Santos/ Doutora	16- Ensino de História e Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática.. Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 12, p. 59-92, 2011. 17- A temática africana e afro-	16- História e cultura africana e afro-brasileira; Educação antirracista; Historiografia; Ensino de história 17 – trabalho não disponível

	brasileira na educação básica: desafios para a formação docente. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 1, p. 83-96, 2010. 18- Desafios da mudança no ensino de história - currículo e formação de professores. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 2, p. 111-124, 2006	18 – trabalho não disponível
--	---	------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 6 apresenta os nomes dos pesquisadores e os artigos publicados em revistas, incluindo também as palavras-chave dos trabalhos. Porém, alguns não possuem palavras-chave, devido ao fato de que o texto não contém resumo ou por não estar disponível o arquivo completo. Infere-se então, que sejam periódicos impressos ou a revista seja paga, de acesso exclusivo, não estando disponível também no Portal de periódicos da Capes.

A recuperação dos artigos ocorreu por meio da pesquisa no currículo lattes dos pesquisadores e posteriormente a busca dos artigos nas revistas disponíveis online. A seleção foi realizada primeiramente conforme título, resumo, palavras-chave e por último o conteúdo do texto completo, porque em alguns dos artigos não estava explícito que se tratava sobre a temática pesquisada neste trabalho.

Em algumas publicações constam autores de linhas diferentes, ou seja, um mesmo pesquisador que participa em mais de uma linha, mas compartilharam do mesmo trabalho, ou seja, com coautoria. Então, nem todos os trabalhos dos pesquisadores selecionados são de autoria principal. Foram totalizados 18 trabalhos, ressaltando que dois pesquisadores possuem duas publicações cada um e outros dois possuem três artigos. Dentre os 18 trabalhos, dois deles não estavam disponíveis, sendo possível a análise pelo título da produção. Vale ressaltar que dois artigos foram listados duas vezes porque possuem dois autores diferentes que fazem parte do mesmo trabalho.

É importante ressaltar que além das publicações e estudos realizados pelos grupos e linhas de pesquisa registrados no Diretório do CNPq, existem também outras instituições e estudiosos que trabalham diretamente com a área e podem não estar incluídos nesse universo acadêmico. Nesse contexto, pode-se citar o Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), desenvolvido na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, Rio de Janeiro. Trata-se de um programa que trabalha para o desenvolvimento e efetivação de estudos que promovam a educação continuada para docentes sobre a temática da Educação para as Relações Étnicorraciais, procurando atender aos objetivos da Lei 10.639/03

(UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 20--). Esse programa também é responsável por diversas publicações que podem não estar incluídas nessa pesquisa. Vale ressaltar que na pesquisa do termo “História e cultura africana” foi encontrado um grupo de pesquisa nessa instituição, porém o diretório não havia disponibilizado as informações sobre as linhas pertencentes a esse grupo.

Sendo assim, a partir dos dados coletados neste trabalho foi elaborada uma categoria e subcategorias para representar e caracterizar essas produções. A categorização visa atender aos objetivos desse trabalho, configurando-se da seguinte maneira: **Categoria: LEI 10.639/03**; e desdobrando-se em **Subcategorias:** Implementação da Lei; Educação/Currículo Escolar; Prática/Formação Docente; Religião de Matriz Africana e Movimento Negro.

Nesse contexto, a análise será realizada a partir das numerações estabelecidas nos artigos do quadro 6 e relacioná-los com as referidas subcategorias a que fazem parte. Abaixo estão dispostas as subcategorias e os trabalhos que são representados por elas.

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI: artigo 1 – a autora apresenta as dificuldades de implementação da Lei e fala sobre o desconhecimento por parte da escola sobre a temática. E discute sobre os desafios em compreender a cultura negra e em proporcionar um diálogo entre essa temática e as demais.

Artigo 2 – evidencia as implicações para implementação da Lei a partir de uma entrevista com o pesquisador Kabenguele Munanga. Demonstra que a aprovação da Lei é resultado de que o Brasil não vive em perfeita harmonia racial, e que o mito da democracia racial ainda persiste no imaginário social da sociedade brasileira.

Artigo 8 – realiza uma análise sobre a implementação da Lei e reflete sobre como está sendo desenvolvido esse processo durante o passar dos anos em escolas municipais, envolvendo as séries iniciais de ensino na disciplina de Artes.

Artigo 11 – relata e discute sobre a implementação da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade em sete licenciaturas da Universidade Federal de Uberlândia por meio da formação docente.

EDUCAÇÃO/CURRÍCULO ESCOLAR: artigo 4/5 – Discute sobre a aplicação da Lei 10.639/03 na disciplina de Química, estudando as espécies de plantas utilizadas nos rituais do candomblé, que se trata de uma religião de matriz africana. Ressalta sobre a falta de material didático para se trabalhar com a temática nas diversas disciplinas, dificultando assim, a implementação da Lei.

Artigo 7 – trabalho que resulta de uma pesquisa na área de fundamentos da educação, apresentado em um evento da IPEAFRO, voltado para discussões sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.

Artigo 8 – realiza uma discussão sobre a Lei 10.639/03 e o ensino de Artes nas séries iniciais de escolas públicas municipais e analisa como essa temática está sendo disseminada em sala de aula, que conforme o texto não atende aos objetivos da Lei e se dá de maneira preconceituosa.

Artigo 12/13 – Realiza uma análise sobre as possibilidades existentes de estudar a cultura afro-brasileira no ensino de História.

Artigo 15 – versa sobre o surgimento da Lei 10.639/03 fazendo reflexões sobre seus objetivos e discute a importância desse aparato para a educação, ressaltando os desafios enfrentados por professores de História diante do currículo escolar.

Artigo 18 – Relata sobre os desafios da mudança no ensino da história, ocasionada após a aprovação da Lei 10.639/03.

PRÁTICA/FORMAÇÃO DOCENTE: Artigo 2- Além de refletir sobre os desafios de implementação da Lei, destaca a importância da prática e formação docente quanto aos conteúdos designados pela legislação e aponta o empenho de professores em produzir livros com novos conteúdos que atendam aos objetivos da Lei 10.639/03.

Artigo 3 - Esse trabalho realiza uma pesquisa com professores de ciências e matemática indagando-os a respeito do seu conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e como utilizam e pretendem lecionar essa temática na prática em sala de aula.

Artigo 6 – Esse trabalho versa sobre a formação de professores no âmbito da Lei 10.639/03. Realiza um mapeamento de teses e dissertações da CAPES e artigos científicos na base de dados SCIELO, analisando se os trabalhos produzidos versam sobre a formação docente no que concerne à história e cultura africana e afro-brasileira.

Artigo 8 – Além de tratar sobre a implementação da Lei e a sua inserção no currículo escolar, busca também nesse artigo, descobrir e refletir como os professores estão trabalhando com essa temática em sala de aula e qual importância está sendo aplicada à história e cultura africana e afro-brasileira. Porém, a pesquisa revela que há uma folclorização racista, ou seja, o estudo da temática não está de acordo com o que preconiza a Lei 10.639/03.

Artigo 9 – apresenta e discute sobre um “Curso de Extensão em Educação das Relações Étnico-Raciais” realizado desde o ano de 2007 em uma instituição do Rio de

Janeiro, voltado para formação de professores visando uma educação antirracista e anti-discriminatória.

Artigo 11 - Ressalta a prática e experiências dos professores de sete licenciaturas da universidade Federal de Uberlândia, no que se refere à educação das relações étnicorraciais no âmbito desses cursos. Busca verificar por meio da formação docente se a história e cultura africana e afro-brasileira está sendo realmente implementada.

Artigo 14 – Esse trabalho reflete sobre a prática na formação docente, realizando uma investigação com professores da educação básica sobre o conhecimento e a prática da Lei 11.645/08 que complementa a Lei 10.639/03, acrescentando a história e cultura indígena.

Artigo 16 – Busca destacar os desafios existentes na prática pedagógica dos professores da educação básica e a responsabilidade e compromisso em trabalhar na sala de aula com as temáticas propostas pela Lei 10.639/03.

Artigo 17 – Trata sobre o ensino da história africana e afro-brasileira na educação básica, discutindo sobre os desafios da formação docente.

Artigo 18 – Discorre também sobre os desafios na formação de professores, após a mudança do currículo escolar.

RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA – artigo 4/5 – Esse trabalho relata sobre a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira na disciplina de Química, e para isso, disserta sobre o candomblé que segundo o artigo, se trata de uma das religiões de matriz africana mais disseminada em todo o país. Dessa forma, os autores utilizam os rituais do candomblé para trabalhar a temática em sala de aula, estudando as propriedades das plantas utilizadas nesses rituais.

MOVIMENTO NEGRO – Artigo 10 – o artigo analisa a luta do movimento negro no Brasil em prol de uma educação antirracista. Realiza uma análise desde a fundação da Frente Negra Brasileira até a aprovação da Lei 10.639/03.

Destarte, após a identificação dos artigos e de seus conteúdos classificados conforme as subcategorias, pode-se afirmar que o assunto mais presente nos artigos publicados em revista, se trata da prática e formação docente, sendo representada por dez trabalhos. Tais estudos refletem sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes em sala de aula e sobre os métodos a serem aplicados nas diversas disciplinas para contemplar o que preconiza a Lei 10.639/03. Discutem também, a respeito do desconhecimento desses profissionais da educação sobre a temática e a falta de incentivo, formação, e até mesmo interesse desses

educadores. Podendo dessa forma, continuar perpetuando conteúdos discriminatórios e preconceituosos como já foi supracitado nos artigos.

A segunda subcategoria mais representada nos artigos se trata da educação e currículo escolar, contendo seis artigos que discutem essa temática. Buscam de uma maneira geral problematizar as dificuldades de inserção da temática no currículo escolar, principalmente em algumas disciplinas específicas. Analisam também o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira nas licenciaturas e pesquisam sobre a postura dos docentes.

A importância de se trabalhar essa questão dentro do ambiente escolar perpassa por vários aspectos como: formação ideológica do aluno, aceitação da sua cultura (aceitação como valorização), contribuição para a mudança de uma sociedade focada e limitada no eurocentrismo. (MOREIRA, 2011, p. 86).

Nesse contexto, o estudo da temática proporciona também, além da aceitação e valorização da cultura, a aceitação da identidade e o reconhecimento da luta da população negra e suas contribuições à construção da história e à produção intelectual.

Por conseguinte, a terceira subcategoria representa-se por quatro artigos, trata sobre a implementação da Lei 10.639/03 e sobre suas dificuldades, desafios e conquistas realizadas. Relatam sobre o surgimento da Lei e os acontecimentos que proporcionaram essa promulgação, destacando a luta dos Movimentos Negros.

É importante evidenciar a repetição de alguns artigos durante a distribuição dos mesmos nas subcategorias. Isso ocorre pelo motivo dos trabalhos discutirem sobre várias questões referentes à temática da Lei 10.639/03 em um mesmo trabalho.

Contudo, apesar das poucas publicações, pode-se notar a importância das discussões desenvolvidas nesses trabalhos. A maioria dos artigos foram publicados de 2010 até 2013 sendo três em 2010, cinco em 2011, dois em 2012 e quatro em 2013. Nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2014 houve apenas uma produção em cada ano desses pesquisadores.

As outras subcategorias também foram identificadas, mas em menor número conforme as outras temáticas, porém não consideradas de menor importância. Os conteúdos mais estudados referem-se aos fatos e questionamentos mais polêmicos que provocam mais desafios a serem enfrentados.

Nessa linhagem, foi realizada uma nova busca no diretório utilizando-se um novo termo, História e cultura africana, porém a plataforma disponibilizou apenas os grupos de pesquisa e não propiciou acesso às linhas e seus objetivos. Foi possível apenas visualizar as repercussões dos grupos recuperados e assim identificar por meio disso alguns deles que

desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03. Segue quadro representativo com os nomes dos grupos selecionados.

Quadro 7 – Grupos recuperados com o termo história e cultura africana

Instituição	Grupo de pesquisa	Área	Ano de formação/atualização
UNILAB	África contemporânea nas relações globais: política, cultura e educação	Sociologia	2014/Certificado
PUC Minas	África e Brasil: repertórios literários e culturais	Letras	2014 /Certificado
UESB	Educação e Relações Étnicas—: saberes e praticas dos Legados Africanos, Indígenas e Quilombolas	Antropologia	2004 /Certificado
UFCG	Grupo de estudos e pesquisas em africanidades e educação	Educação	2010 /Certificado
UFF	Laboratório de Diversidade, Educação e Cultura – LaDEC	Educação	2012 /Certificado
UDESC	Multiculturalismo: Estudos Indígenas, Africanos e da Diáspora	História	1995 /Certificado
IFPA	Núcleo de Estudos Afro brasileiros	—	2005 /Certificado, não atualizado
UFU	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação para as relações étnico-raciais e Ações	Educação	2011 /Certificado

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 7 demonstra oito grupos de pesquisa que realizam estudos sobre a Lei 10.639/03, nas áreas de Sociologia, Letras, Antropologia, História e Educação, constando três grupos desta última área. Destes, apenas um não foi atualizado há mais de um ano. Vale ressaltar que existe um de formação em 1995, no entanto, nas repercussões foram exibidos relatos a respeito da Lei 10.639/03. Sendo assim, podem ter surgido estudos sobre esse aparato depois da sua aprovação ou até mesmo anteriormente a isso. Grupos já identificados também foram recuperados nessa nova busca, mas não foram contabilizados novamente. Contudo pode-se refletir e perceber que várias instituições procuram realizar pesquisas sobre a temática, devido ao interesse que seus temas despertam em todas as áreas e à necessidade de tratá-los de forma interdisciplinar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de comunicação científica ocorre para que por meio da troca de informações haja a consolidação e disseminação de conhecimentos na sociedade. A contribuição dos pesquisadores e seus grupos de pesquisas proporciona o desenvolvimento e a circulação desse processo por meio dos diversos canais da comunicação científica, sejam formais, informais ou eletrônicos. Todos têm como objetivo divulgar e compartilhar informações, colaborando para a produção do conhecimento, elemento básico para o desenvolvimento da sociedade, como propulsor de transformações de ideias políticas, sociais e educacionais configuradas pelos grupos de intelectuais.

Identificados os Grupos e Linhas de Pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 e os pesquisadores das linhas e suas produções foi possível perceber que o estudo sobre a Lei 10.639/03 proporciona maior conhecimento à comunidade científica a respeito da temática, reafirmando a sua importância e necessidade em todos os níveis de ensino. A história e a cultura africana e afro-brasileira devem ser reconstruída de maneira diferenciada, de forma que não dissemine a discriminação e o preconceito em relação à população negra, que muito contribuiu e contribui ao desenvolvimento da sociedade em todas as áreas, seja educacional, social econômica ou política.

Neste sentido, conforme determinações sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, em relação à educação dessa temática: “Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares”. (BRASIL, 2004, p. 18).

Deve-se considerar também a realização de capacitações com os educadores para que possam lecionar a respeito da temática com afinco, pois essa é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos professores diante das disciplinas e a inserção da temática nas mesmas.

Este trabalho buscou identificar no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq quais os grupos realizam estudos sobre a Lei 10.639/03, com o intuito de mapear as linhas de pesquisa, as áreas e as instituições que desenvolvem esse estudo. E também por meio da análise de conteúdo, caracterizar a produção científica dos pesquisadores, presentes nas linhas de pesquisa que estudam essa temática.

Diante desta pesquisa, pode-se perceber a importância do estudo sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, devido às buscas realizadas pelos termos mencionados neste trabalho. Foram recuperadas 19 linhas de pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 em diferentes áreas, porém prevalecendo a área de Educação, por se tratar de uma Lei voltada para a educação e ensino. Vale ressaltar, o quantitativo de pesquisadores e estudantes que compõem os grupos e linhas de pesquisa, sendo bastante expressiva a composição dos grupos, porém as linhas sempre representadas por uma quantidade menor de integrantes, pelo fato de apenas alguns pesquisadores do grupo fazerem parte das linhas específicas que realizam estudos sobre a temática da Lei 10.639/03.

O diretório dos grupos de pesquisa do CNPq permite realizar essa análise em âmbito nacional e por meio do ambiente digital, facilitando o acesso e a recuperação dos dados. Os caminhos delineados nesse estudo foram criteriosos na busca e seleção dos grupos de pesquisa, linhas, pesquisadores, assim como a identificação das áreas e instituições recuperadas por meio das buscas realizadas com os termos sobre a Lei 10.639/03.

Nessa linhagem, dentre alguns fatores que podem ser elencados, destaca-se a falta de informações complementares relativas às linhas de pesquisa, tais como objetivos e palavras-chave, o que dificulta a identificação da principal temática estudada naquela linha, não sendo suficiente apenas a análise dos títulos. Outro fator preponderante se trata do currículo Lattes dos pesquisadores das linhas de pesquisa, pois o DGP disponibiliza os links diretamente para cada currículo. Dessa forma, é necessário que estejam sempre atualizados para facilitar o desenvolvimento de pesquisas.

Após a realização de todo o processo metodológico e de análise, percebe-se a importância da temática para sociedade da informação, e as universidades que são as principais propulsoras do desenvolvimento científico e tecnológico, como também, outras instituições e organizações que buscam contribuir para o avanço da ciência.

Este trabalho permitiu enfatizar o papel que os pesquisadores exercem como produtores de conhecimento e disseminadores de informações e, assim, possibilitar que a comunidade científica possa refletir criticamente sobre as questões sociais, raciais, políticas, culturais, educacionais e econômicas que estão presentes na sociedade.

A comunidade científica é a maior responsável pela validação e reconhecimento da produção científica desenvolvida pelos pesquisadores e seus grupos de pesquisa. Os suportes informacionais estão se tornando mais abrangentes conforme a expansão das pesquisas e

produções. Contudo, a realização de estudos sobre esses meios informacionais contribui para o reconhecimento das temáticas pesquisadas e a disseminação de conhecimentos.

As dificuldades de publicação encontram-se em todas as áreas do conhecimento, iniciando-se pelas diretrizes e regras estabelecidas pelos periódicos e instituições responsáveis pelas publicações que entre elas podem constar critérios como titulação e não gratuidade de alguns periódicos, principalmente internacionais. Além disso, ainda existe o prazo para avaliação por pares e aprovação do artigo, que pode ocorrer em até um ano ou posterior a esse prazo. Sendo assim, todo esse processo dificulta, de certa forma, a disponibilização e acesso a muitas pesquisas e estudos em desenvolvimento como também já concluídos.

Sendo assim, foi possível caracterizar os conteúdos dos trabalhos publicados em revistas por meio de subcategorias criadas a partir de uma categoria geral sendo a Lei 10.639/03. Diante da realização da análise, constatou-se que as produções discutem em sua maioria a respeito dos desafios e dificuldades enfrentados pelos professores em sala de aula e também sobre a formação docente, sendo muito importante a capacitação correta desses profissionais de ensino para melhor lecionar sobre a temática nas diversas disciplinas.

A educação e o currículo escolar também são um tema recorrente nesses artigos, apresentando discussões sobre o ensino em disciplinas específicas como a História ou até mesmo o estudo da temática na Química e Matemática. Relatam sobre as dificuldades de se trabalhar com a história e cultura africana e afro-brasileira nas disciplinas de uma maneira geral.

Notam-se, também, discussões sobre a implementação da Lei 10.639/03 e seu surgimento, relatando as lutas e dificuldades enfrentadas para sua aprovação, principalmente as ações do Movimento Negro que muito contribuíram durante todo o processo. Ressaltam-se outras subcategorias, no entanto, de maneira menos expressiva em relação aos outros conteúdos discutidos.

Sendo assim, foi possível caracterizar os conteúdos estudados pelos pesquisadores das linhas de pesquisa que tratam sobre a Lei 10.639/03, refletindo também que a publicação em periódicos não aparenta ser o principal objetivo desses autores, que publicam também em livros. Percebe-se então, que as principais discussões são em torno da implementação, currículo, prática e formação docente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Presidência da República – Casa civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao das Relacoes Etnico-Raciais.pdf](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. **Datagrama zero**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1, 2013.

_____. Questões de metodologia - parte 1 (Entrevista). **A to Z: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 1, p. 4-10, 2011.

_____. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, Dinah A.; WITTER, Geraldina P.; SILVA, José Fernando M. (Orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 191-214.

CARVALHO, Kátia. et al. Aspectos gerenciais da política científica brasileira: um olhar sobre a produção científica do campo da sociologia face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 187-212, jan./jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=C3F96B0F024D45D62704C2E88578EF00>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. **Fluxo da informação no processo de pesquisa na UFPE**: as influências das tecnologias da informação e comunicação. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001. Disponível em:

<http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL. **O Diretório**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v.12, n.23, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lang=pt>. Acesso em: 10 Abr. 2014.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200021>>. Acesso em: 26 Abr. 2014.

FRENTE Negra Brasileira. In: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO BRASILEIROS (IPEAFRO). Disponível em: <<http://ipeafro.org.br/home/br/acervo-digital/24/42/58/frente-negra-brasileira/>>. Acesso em: 09 Abr. 2014.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. (orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO BRASILEIROS (IPEAFRO). **Personalidades**: Abdias Nascimento. Disponível em: <<http://ipeafro.org.br/home/br/personalidades/27/abdias-nascimento/>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. Brasília, **Ciência da Informação**, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002.

MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (Orgs). **Informação e contemporaneidade: Perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007.

MEADOWS, Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOREIRA, P. F. S. D. et al. A Bioquímica do candomblé: possibilidades didáticas de aplicação da Lei Federal 10639/03. **Química Nova na Escola**, v. 33, n. 2, p. 86, maio 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18 n.50, Jan/Abr. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene de. (org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil Negro).

SANTILONE, Márcia Aparecida. *et al.* Mapeamento da Produção Científica dos Docentes Vinculados aos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação Credenciados pela CAPES. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 86-101, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/72>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

SANTOS, Márcio André de O. dos. Política Negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de. (Orgs.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009. p. 227-257.

SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, set. 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/metamorfose-de-militantes-negros-em-negros-intelectuais>>. Acesso em: 15 maio 2014.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma nova política para um mundo global**. São Paulo: [s.n.], 1993.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural Do Negro (1954-1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 227-273, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67323263007>>. Acesso em: 21 Abr. 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Inf. & Soc**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.

UNIVERSIADE FEDERAL DO CARIRI. N'BLAC, Núcleo Brasileiro Latino Amariano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais. Juazeiro do Norte, 2011. Disponível em: <http://admpublica.cariri.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=61>. Acesso em: 05 jan. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Penesb - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/index.php/quem-somos>. Acesso em: 15 mar. 2015.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 151-169, maio/ago. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZIMAN, John. **Conhecimento Público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.